

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LISIANE MARCELE DOS SANTOS

O LUGAR DO SUJEITO NA LEI DA ANISTIA

CURITIBA

2015

LISIANE MARCELE DOS SANTOS

O LUGAR DO SUJEITO NA LEI DA ANISTIA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras – Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gesualda de L. dos S. Rasia

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Santos, Lisiane Marcele dos
O lugar do sujeito na lei da anistia. / Lisiane Marcele dos Santos. –
Curitiba, 2015.
105 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gesualda Rasia
Dissertação (Mestrado em Letras) - Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes
Universidade Federal do Paraná

1. Letras – análise do sujeito – conscientização.
2. Anistia – Brasil – direitos humanos. 3. Brasil – história – anistia. I.
Título.

CDD 364.6



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

P A R E C E R

Defesa de dissertação de mestrado de **LISIANE MARCELE DOS SANTOS** para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo-assinados Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia, Presidente, Ercília Ana Cazarin, Lígia Negri arguiram, nesta data, a candidata, que apresentou a dissertação "**O LUGAR DO SUJEITO NA LEI DA ANISTIA**".

Procedida à arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, conforme especificações abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia (Presidente)	UFPR	<i>Aprovada</i>
Dra. Ercília Ana Cazarin	UCPEL	<i>Aprovada</i>
Dra. Lígia Negri	UFPR	<i>Aprovada</i>

Curitiba, 16 de setembro de 2015.

Profª Drª Patrícia da Silva Cardoso
Coordenadora

Patrícia da Silva Cardoso
Coordenadora
Matrícula SIAPE 2217925

AGRADECIMENTOS

À professora Gesualda, pela orientação e confiança em meu trabalho, pela disponibilidade e paciência.

Aos meus pais, Edinorá e Marcos, pelo apoio, pela dedicação, pelo incentivo e por acreditarem.

À minha irmã, Jeniffer, pelas conversas, pela força e pelos momentos (necessários) de esparecimento.

À Monique, pela amizade em todos os momentos e pela compreensão nas ausências.

Ao Hugo, pelas discussões filosóficas, pelo amor e pelo apoio.

Aos colegas da Pós-Graduação, Magnus e Silvia, pelas contribuições críticas e pelo companheirismo.

Às colegas de trabalho, pelo apoio, pelo incentivo e pelos momentos de descontração.

Às professoras Lígia e Ercília, pela disponibilidade e pelas contribuições acadêmicas.

A todos os amigos, pela compreensão e pelo apoio.

O homem é o único animal que tortura seu semelhante. Essa prática sempre esteve presente na história da humanidade. Enquanto ela não for erradicada, não se poderá falar em sociedades civilizadas.

Cid Benjamin

RESUMO

Este trabalho analisa, com base em pressupostos teóricos da AD francesa de vertente pecheutiana, de que maneira a promulgação da Lei 6.683/1979 (Lei da Anistia), que regulamenta socialmente a condição de anistiado, instaura dois sujeitos: o *anistiado* e, por oposição, o *não anistiado*, a partir de domínios de memória relacionados ao entorno mesmo da designação *anistiado*. Ao ser instaurado, o sujeito *anistiado* é falado de duas posições-sujeito: *anistiado político* e *anistiado conexo*. O primeiro se configura como aquele que recebeu o perdão do Estado por um crime cometido contra o Estado; o segundo é o considerado criminoso conexo, cuja definição se estende aos agentes de Estado. A posição-sujeito *não anistiado* engloba a figura do subversivo, cujo pré-construído remete àquele que recebeu a anistia, ou aquele a quem a anistia seria destinada. Entretanto, o texto da Lei, submetido à ordem do equívoco, aquilo que Pêcheux designou como a possibilidade de o sentido configurar-se como deslizamento para diferentes filiações, segue na direção contrária à expectativa sinalizada e gera o efeito de que o indivíduo designado subversivo não teve direito à anistia no primeiro momento da abertura governamental, e o agente de Estado, que cometeu crimes contra os direitos individuais e contra a humanidade teve o perdão garantido em decorrência da indeterminação constitutiva do texto da Lei.

Palavras-chave: posição-sujeito, designação, equívoco, anistiado político, Lei da Anistia.

ABSTRACT

This work analyses, based on theoretical assumptions of French Discourse Analysis within the domain of the Pêcheutian French Discourse Analysis, how the promulgation of Law 6.683/79 (Brazilian Amnesty Law), which socially rules the condition of amnestied, establishes two types of subjects: the amnestied itself and, by opposition, the non-amnestied, from memory domains related to the designation *amnestied*. Once established, the amnestied subject is enounced from two subject positions: *political amnestied* and *associated amnestied*. The first is one that forgiveness is given for a crime committed against the State and the second is the associated amnestied, which definition ranges to the public agents. The *not amnestied* subject position evolves the subversive figure in which pre-constructed remits to one amnestied or to whom amnesty should be granted. However, the legal text, once submitted to the mistake order, which Pêcheux designated as the meaning's possibility to slide to different affiliations, denotes the opposite sense. It senses that the subversive individual did not have the right of amnesty at the beginning of the political opening, and the public agent, which committed crimes against both individual rights and Humanity, has had its forgiveness granted by de constitutive indetermination of the Law.

Keywords: subject position, designation, slip/mistake, political amnestied, Amnesty Law.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DO DISCURSO COMO PRODUÇÃO DE SENTIDOS	13
2.1 DISCURSO E IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA	13
2.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO	15
2.3 SUJEITO, SENTIDO E INTERPRETAÇÃO: O LUGAR DO EQUÍVOCO	19
2.4 FORMAÇÃO DISCURSIVA DO DISCURSO JURÍDICO DA ANISTIA POLÍTICA	22
2.4.1 Sobre a noção de lei e seu funcionamento	25
2.5 A MEMÓRIA QUE DIZ E A MEMÓRIA QUE CALA	26
2.5.1 Silêncio e silenciamento	29
2.5.2 Acontecimento histórico, acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo	32
3 LEI DA ANISTIA: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	34
3.1 BREVE HISTÓRICO DO REGIME MILITAR BRASILEIRO	34
3.2 A ANISTIA NO CONTEXTO ATUAL	38
3.2.1 Designação <i>anistia</i> e seus efeitos de sentidos	38
3.2.2 Da promulgação da Lei da Anistia e suas consequências	40
3.3 A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF) 153	42
4 METODOLOGIA E ANÁLISE DAS DISCURSIVIDADES	
SOBRE O ANISTIADO	44
4.1 DA ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	44
4.2 A LEI DA ANISTIA COMO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO	45
4.3 DISCURSO SOBRE: DISCURSO DE PODER	47
4.4 DA INSTAURAÇÃO DO <i>SUJEITO ANISTIADO</i> E DO <i>SUJEITO</i> <i>NÃO ANISTIADO</i>	49
4.4.1 Das posições-sujeito na <i>forma-sujeito da lei</i>	53
4.4.1.1 A questão dos conexos	54
4.4.2 A designação <i>anistiado</i> : o lugar do sujeito	57
4.5 O EQUÍVOCO NA LEI DA ANISTIA	59
5 O JOGO ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO/SILENCIAMENTO	63
5.1 A ANISTIA ANTERIOR AO REGIME MILITAR	63
5.2 O QUE AINDA RESTA DA LEI DA ANISTIA	67
5.3 O QUE AINDA RESTA DO ANISTIADO	68
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	78

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi inicialmente motivado pela criação da Comissão Nacional da Verdade, órgão designado pelo governo para examinar e esclarecer graves violações de direitos humanos praticadas durante a Ditadura Militar, com a finalidade de garantir o direito à memória e à verdade histórica. Com o andamento da pesquisa, percebemos que, apesar de muito já ter sido dito sobre a violência praticada contra a sociedade durante a Ditadura Militar, ainda hoje há quem defenda que a intervenção militar seja um caminho possível para resolver os problemas político-econômicos pelos quais o país tem passado. Por essa razão, entendemos que falar sobre a transição entre o Regime Militar e a Democracia e o modo como a abertura política foi paulatinamente conseguida, além dos motivos pelos quais houve a necessidade de sair de uma situação de intervenção militar, e esclarecer como discursivamente ainda era possível perceber o controle do poder nas mãos dos militares são modos de mostrar que na democracia temos mais chances de debater os problemas político-sociais e escolher nossos representantes de governo.

Nos últimos anos, o Brasil tem revivido a memória da Ditadura Militar em razão do aniversário de 50 anos do Golpe Militar, ocorrido em 1964, e também pela criação de comissões responsáveis por apurar crimes contra a humanidade cometidos nesse período. O Regime Militar brasileiro foi marcado pelo silenciamento político da população, obtido pela imposição de regras de conduta que censuraram e/ou violaram os direitos de membros da sociedade, por ações violentas, além de outras formas de opressão. Os fatos ocorridos naquela época estão permeados por uma memória de repressão e resistência, e os discursos que circundam esses fatos revelam confrontos ideológicos entre os sujeitos envolvidos.

Em 2007, o Brasil iniciou uma discussão a respeito do que foi designada *justiça de transição*, que seria um processo de reavaliação da legislação no período situado entre um regime autoritário e o Estado Democrático, isto é, em um período de mudança de governo entre um regime de exceção¹ e a instauração da democracia. Tal debate seria responsável, entre outros fatores, por “contribuir para o esclarecimento da verdade sobre as violações praticadas durante períodos políticos conflitivos [...] incentivar políticas públicas de educação para a memória

¹ Um regime de exceção se caracteriza por não ser instituído por democraticamente, mas sim imposto emergencialmente em decorrência de golpe ou revolução.

[...] [e] conscientizar a denominada ‘Cultura do Nunca Mais’” (NÚCLEO MEMÓRIA, 2011, p. 6).

No Brasil, a transição do Regime Militar para o Estado Democrático foi estabelecida por meio de uma *política de esquecimento*. A Lei da Anistia foi proposta a fim de que fosse promovida a reconciliação entre Estado e sociedade e marcou o início da abertura política no país. A proposta governamental² de promover uma transição pacífica e gradual privilegiou certa parte dos acusados políticos e excluiu outra, o que gerou, do nosso ponto de vista, uma lei insatisfatória, na qual cidadãos acusados de e/ou condenados por crimes de “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” não receberam a anistia, e agentes do Estado que cometeram crimes de violência contra a vida a mando do governo foram anistiados. Por meio dessa negociação de forças políticas, os militares se afastaram paulatinamente do poder, porém sem perder o controle da situação.

Com o acontecimento histórico da promulgação da Lei da Anistia (1979), instaura-se um novo sujeito, o *anistiado*, que se configura como aquele que recebeu o perdão do Estado por um crime cometido contra o Estado. Nossa tese é que o indivíduo anistiado, no momento de sua instauração, foi colocado no lugar de criminoso – a partir do qual é falado³ –, na medida em que, desde aí, é reconhecido como culpado. A existência do crime é condição obrigatória para que haja anistia, e a culpabilidade (possibilidade de assumir o lugar da culpa) é condição necessária para que o sujeito seja anistiado.

Nosso estudo analisa os efeitos de sentido produzidos a partir da Lei 6.683/79 (Lei da Anistia). Mais especificamente, tratamos do modo como, a partir da designação *anistia*, constituem-se discursivamente o *sujeito anistiado* e o *sujeito não anistiado*, considerando os domínios de memória relacionados à noção de *anistia* e ao entorno da designação *anistiado*, bem como o texto legal que regulamenta socialmente a condição de anistiado. Em especial, atentaremos para o fato de o *sujeito anistiado* ser inscrito em duas posições-sujeito que se contradizem em

² Conforme o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 106), a Lei 6.683/79 (Lei da Anistia) foi promovida por “iniciativa do governo e aprovada pelo congresso”, o que a fez parecer uma benesse oferecida pelo governo como sinal de boa vontade para proceder à abertura política, apesar de vários movimentos sociais lutarem insistentemente para que houvesse a anistia dos acusados de crimes políticos. No entanto, com a crise política e econômica pela qual o Brasil passava na época, a única chance de os militares saírem ilesos do poder era passando-o adiante.

³ Ao sujeito anistiado não é dada voz, isto é, ele não é chamado a falar na lei, apenas é determinado seu lugar (ou seus lugares) social(is).

relação aos modos como são estabelecidas: o anistiado por crimes políticos e o anistiado por crimes conexos a crimes políticos⁴.

Para proceder às análises, lançaremos mão fundamentalmente de noções da Análise do Discurso de linha francesa, que darão sustentação a nossos gestos de leitura. No capítulo 2, faremos uma breve retomada histórica da Análise do Discurso, seguida da justificativa de escolha da linha francesa preconizada por Michel Pêcheux. Introduziremos também algumas das noções que serão utilizadas para desenvolvermos nossa análise.

Ainda no segundo capítulo, apresentaremos o que designamos a *formação discursiva do discurso jurídico da anistia política*, como ela se configura a partir do discurso jurídico e os modos como seus saberes se caracterizam como próprios dessa formação. Introduziremos também a noção de *lei* e sua configuração em relação à formação discursiva citada, além de abordarmos o funcionamento discursivo da lei no discurso jurídico.

No capítulo 3, apresentaremos uma reconstituição dos domínios de memória discursiva do início da abertura do Regime Militar refletida na Lei da Anistia. Discutiremos, ainda, a noção de *anistia* como perdão concedido a crime cometido contra o Estado, tendo em vista a condição sumária de existência de crime para que haja perdão. Também apresentamos a noção de *Justiça de Transição*, que reavivou a luta por justiça aos que foram de qualquer modo prejudicados pela Ditadura Militar.

No capítulo 4, quando trataremos do *sujeito anistiado*, evidenciaremos a ocorrência do acontecimento histórico da promulgação da Lei da Anistia e as implicações que dele resultaram. Daremos enfoque à divisão da designação *anistiado* em duas posições-sujeito que se contradizem em razão do sentido derivado da materialidade linguística que instaura os sujeitos: de um lado o sujeito anistiado por crimes políticos, de outro o sujeito anistiado por crimes conexos. Junto a essas duas posições, analisaremos a instauração de uma terceira posição-sujeito, o *sujeito não anistiado*, cujos efeitos de sentido circundantes são atribuídos pelo imaginário popular. Consideramos também o jogo de forças que atua na determinação da designação *anistiado*, levando em consideração o pedido de revisão da Lei da Anistia feito pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2008.

⁴ Essa divisão em duas posições-sujeito será explorada ao apresentarmos o texto da Lei da Anistia, no capítulo 4.

Em relação à anistia, isto é, ao perdão oferecido pelo Estado, discutiremos também a interpretação por extensão de sentido de anistia como perdão do Estado por crime cometido contra a sociedade, no caso dos agentes repressores, com base na forma como o texto da Lei se constitui e produz efeitos de sentido⁵.

Concluindo a discussão, no capítulo 5, faremos uma breve comparação entre o Decreto-Lei 7.474/1945, a Lei da Anistia promulgada por Getúlio Vargas, e a Lei 6.683/1979, a Lei da Anistia promulgada pelo General João Baptista Figueiredo durante o Regime Militar, principalmente no que tange à definição de *crimes conexos* e aos termos de reenquadramento social daqueles considerados anistiados políticos.

Logo após as considerações finais, disponibilizamos a íntegra do texto da Lei 6.683/1979, Lei da Anistia (Anexo 1), o texto integral da ADPF 153/2008 (Anexo 2), o Ato Institucional 5/1968 (Anexo 3), o artigo 8º do Título X da Constituição Federal (1988), que reafirma a Lei da Anistia (Anexo 4), e o Decreto-Lei 7.474/1945, Lei da Anistia promulgada por Getúlio Vargas (Anexo 5).

A Lei da Anistia deixou espaços em branco na memória social e judicial brasileira. A justiça de transição demorou a ser instituída no Brasil, o que fez com que fossem apagados fatos e silenciadas vozes que clamavam por justiça. Além disso, a Lei beneficiou apenas uma parcela da população que lutou contra a Ditadura Militar e acabou por beneficiar também aqueles que defendiam o Regime Militar.

Por essas razões, compreendemos que este estudo é apenas um dos muitos que precisarão ser feitos para que se reconheça que ainda atualmente há um interdito na história do país. Muito ainda deve ser dito para que gerações futuras tenham esclarecimento suficiente para não esconder os períodos obscuros da política nacional, mas sim olhar para eles com repúdio e esperança de dias melhores.

⁵ O texto da lei está reproduzido integralmente no Anexo I. Os trechos relevantes para este estudo serão inseridos em momento oportuno.

2 DO DISCURSO COMO PRODUÇÃO DE SENTIDOS

2.1 DISCURSO E IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

Em razão de o assunto tratado neste estudo ser complexo e abarcar diversas áreas em sua implicação social, acreditamos que a Análise do Discurso francesa de vertente pecheutiana é uma teoria apropriada para nos fornecer suporte nessa “escavação” nas profundezas políticas que soterraram tantas vozes durante a Ditadura Militar no Brasil.

A Análise do Discurso é um ponto de encontro entre diversas áreas do conhecimento. Seu objeto de estudo é o discurso, representado materialmente pela língua, a qual é condição de possibilidade do discurso. Essa corrente teórica se insere em um conjunto de estudos que estão preocupados com a relação forma–função, considerando a língua na sua dualidade e a produção do sentido como resultado de processos discursivos; não se trata meramente de transmitir informação. O linguístico é colocado em uma relação com o exterior da língua, pois, conforme afirma Courtine (2009, p. 29), “Qualquer procedimento de análise do discurso encontra na Linguística seu campo de validação”, o que equivale a dizer que em todo procedimento de análise discursiva estão imbrincados procedimentos de análise linguística que corroboram a interpretação dos sentidos, pois a língua é a forma material do discurso.

A Análise do Discurso como disciplina surgiu na década de 1960, na França. Uma das principais figuras envolvidas em seu estudo foi o filósofo Michel Pêcheux, cujos interesses circundavam o marxismo, a linguística e a enunciação. A Análise do Discurso francesa com filiação em Pêcheux busca no discurso a reconstrução histórica do próprio sujeito, levando em conta os processos discursivos inscritos em relações ideológicas. Conforme afirma Indursky (2013, p. 39), a relação interdisciplinar da AD pecheutiana resulta em uma relação crítica das áreas de interesse:

do marxismo interessa-lhe saber como se dá o encontro do ideológico com o linguístico; da linguística, procura descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentido, considerando a língua como processo; na enunciação, vai procurar o sujeito, mas interessa-se por

um sujeito dotado de simbólico e de imaginário, cujo discurso mostra as condições de sua produção.

O materialismo histórico trazido pelo marxismo e reconfigurado por Althusser (1992) apresenta a ideologia que atravessa o dizer de todo sujeito. Baseado nas formações sociais e seus modos de produção e considerando a luta de classes, este autor parte do pressuposto de que as ideologias são conjuntos de práticas materiais que reproduzem as relações sociais de poder. Para ele, “ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1992, p. 85). Essa relação imaginária com o mundo real ocorre no interior dos processos discursivos; o discurso é a materialidade da ideologia, assim como a língua é a materialidade do discurso.

Discurso é uma dispersão e exerce primazia sobre o linguístico, isto é, os enunciados não estão ligados por nenhum princípio de unidade, e cabe ao analista dar visibilidade ao processo discursivo. A exterioridade é um traço fundamental do discurso, pois este tem uma relação necessária com as suas condições de produção. Há nele a manifestação ideológica do sujeito enunciator, cuja produção é resultado de conjuntos discursivos determinados e regulados pela formação discursiva na qual o sujeito está inscrito, a partir da qual se pode depreender o funcionamento da ideologia.

Conforme explica Orlandi (2007, p. 22), os discursos são determinados por dois fatores: “de um lado, pelas formações ideológicas que os relacionam a formações discursivas definidas e, de outro, pela autonomia relativa da língua”. A Análise do Discurso pecheutiana busca a compreensão dos fenômenos extralinguísticos que podem influenciar na produção enunciativa. A linguística apresenta marcas que possibilitam, em parte, analisar os efeitos de sentido do discurso, mas, diferentemente dela, os estudos do discurso compreendem a língua como um objeto não autônomo, não transparente, nem dotado de sentido único. Ao contrário, conforme afirma Orlandi (2009), em sua opacidade, a língua é atravessada pelo simbólico e pela ideologia, constituindo simultaneamente, no discurso, o sujeito do dizer e os efeitos de sentido do discurso. O que significa afirmar que a relação entre sujeito, língua e sentido não é direta, mas sim dependente de elementos exteriores ao discurso e amalgamados a ele. Conforme Pêcheux (1988b, p. 146),

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe 'em si mesmo' [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Respalhando-se nas ciências sociais, a Análise do Discurso pecheutiana procura entender as relações entre os processos discursivos e o social, o histórico e a ideologia. Nenhum discurso é isolado no mundo, mas é sempre associado ao sujeito do dizer, aquele que materializa o discurso pela língua (ORLANDI, 2009). O sujeito é constituído no discurso – contrariando uma visão idealista do sujeito como origem, ponto de partida. Ele é anterior ao indivíduo concreto e representa uma posição definida socialmente pelo simbólico; para isso, submete-se à língua (ORLANDI, 2010b).

Em razão dessas relações que se estabelecem entre discurso, sujeito e sentido, Pêcheux (1969) afirma que discurso é *efeito de sentido entre locutores*, e o efeito de sentido é resultado da relação entre os sujeitos simbólicos que participam do dizer. Os efeitos de sentido surgem a partir de certas condições de produção e são afetados pela memória histórica dos sujeitos envolvidos no processo discursivo.

2.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

As condições de produção de um discurso revelam a conjuntura em que ele é produzido. Fazem parte dessas condições o contexto imediato (o aqui e agora do dizer, amparado pelo sujeito que diz) e o contexto sócio-histórico (o interdiscurso ou memória discursiva).

As *condições de produção* foram inicialmente definidas por Pêcheux (1969, p. 81) como circunstâncias que remetem a lugares ocupados pelo emissor do discurso e pelo seu receptor, “lugares determinados na estrutura de uma formação social”. Dessas circunstâncias dependem os efeitos de sentido do discurso, tanto para o sujeito enunciador quanto para o leitor. Na época, Pêcheux considerava essas condições estáveis e homogêneas.

Anos depois, ao revisar a noção de condições de produção, o autor propõe “uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 170). O sujeito passa a ser visto como

afetado pelo outro e por dizeres anteriores – já-ditos, discursos transversos, pré-construídos –, e as condições de produção do discurso passam a ser entendidas como afetadas pelo histórico. A incidência do outro sobre o sujeito revela a heterogeneidade constitutiva do dizer: ao falar, o sujeito deixa de dizer outros enunciados, anteriores, independentes, mas que atravessam o seu dizer e, conseqüentemente, produz outros sentidos.

Uma noção muito importante para a teoria discursiva desenvolvida por Pêcheux é a noção de *formação discursiva* (FD), que tem origem em Foucault (1969) e foi re teorizada por Pêcheux e Fuchs (1975).

Segundo Foucault (1969, p. 43), uma FD é definida pela regularidade, em certos enunciados, de tipos de conceitos, objetos e escolhas temáticas:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (grifo do autor).

As condições de existência às quais esses enunciados estão submetidos são denominadas regras de formação. Partindo dos estudos de Foucault, Pêcheux submete a noção de FD ao conceito de formação ideológica e redefine FD como “aquilo que, numa formação dada, determinada pelo Estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988b, p. 147, grifo do autor).

Pêcheux (1988b) afirma que as FDs são o lugar da constituição do sentido. Elas são subordinadas a um conjunto de forças, em contradição entre si, relacionadas em uma conjuntura ideológica de uma formação social determinada, em dado momento. O complexo das FDs é dominado pelo “todo complexo com dominante”, que está intrincado no complexo das formações ideológicas (FIs). Cada FI, segundo Pêcheux e Fuchs (1975, p. 163), “constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (grifo dos autores). As relações de classes que determinam posições sociais (não apenas no sentido econômico, mas ideológico) são fundamentadas pelo materialismo histórico (ideologia), representado pelo que Althusser (1992) denomina *Aparelhos Ideológicos de Estado* (AIEs).

Pêcheux (1988b) parte das noções em torno da *ideologia* abordadas por Althusser para introduzir em sua teoria, já ressignificados, os AIEs, que “constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1988b, p. 131). Segundo Althusser (1992), o Estado funciona por aparelhos de Estado (repressivos e ideológicos), que contribuem (cada um de um modo) para a reprodução das relações de produção e igualmente para sua transformação: “Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (ALTHUSSER, 1992, p. 78). Essa relação contraditória de reprodução e transformação das relações sociais ocorre em meio à luta de classes, “em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação comporta” (PÊCHEUX, 1988b, p. 131).

Em nossa pesquisa, consideramos a formação social brasileira na época da promulgação da Lei da Anistia (a ainda atualmente), considerando as questões socioeconômicas, conforme Althusser (1992, p. 75-81), como uma *formação social capitalista contemporânea*, na qual a formação ideológica dominante é a FI militar, em confronto constante com outras formações ideológicas, como a FI democrática e a FI comunista. A FI militar comporta Aparelhos Repressivos do Estado (ARE), que funcionam principalmente pela violência e secundariamente pela ideologia, como governo, forças armadas (exército, polícia política), tribunais e prisões.

A FI militar comporta também AIEs, que funcionam pela ideologia e, em situações limite, pela violência. Os AIEs remetem ao domínio privado e são representados por instituições como escola, igreja, família, sindicatos, aparelhos de informação e cultura, entre outros⁶ (ALTHUSSER, 1992, p. 78). No interior desses aparelhos estão dispostos determinados lugares que mantêm uma relação desigual e contraditória, inscritos em relações determinadas, conforme já apontado, pela conjuntura ideológica e pelo momento em questão. Como explica Althusser (1992, p. 71), “[...] nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de

⁶ São exemplos de manifestação ideológica pelos AIEs no período militar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964), o discurso ufanista (“Brasil: ame-o ou deixe-o”), a Copa do Mundo de Futebol de 1970, em que o Brasil conquistou o tricampeonato, entre outros.

Estado”. Cada aparelho contribui diferentemente para a reprodução das relações sociais e para sua transformação. Além disso, cada AIE “é a realização de uma ideologia [...] assegurada pela sua subordinação à ideologia dominante” (ALTHUSSER, 1992, p. 89), e a ideologia dominante é a da classe dominante, que detém o poder do Estado – no caso que estamos analisando, a classe dominante é representada pelas elites (alto funcionalismo público, alto escalão das forças armadas, Igreja, imprensa de direita, etc.).

As FDs e as Fls estão relacionadas ao contexto sócio-histórico, que faz parte das condições de produção do discurso. Além dele, fazem parte desse conjunto o contexto imediato – “o aqui e agora do dizer” (ORLANDI, 2010b, p. 15) – e o interdiscurso.

O “todo complexo com dominante” das FDs, citado anteriormente, constitui o interdiscurso, “o já-dito que constitui todo o dizer” (ORLANDI, 2010b, p. 21). O interdiscurso regula as fronteiras de uma FD, de modo que o que é externo a ela – o que pode e o que não pode ser dito – possa ser reconfigurado e incorporado ao dizer. É o lugar de formação dos *pré-construídos*, que remetem a uma construção anterior, exterior e independente (sempre-já-lá do discurso) (PÊCHEUX, 1988b, p. 89). Conforme Courtine (1999, p. 20), o interdiscurso “fornece [...] os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta ao mesmo tempo que organiza a identificação enunciativa [...] constitutiva da produção e da formulação por um sujeito enunciador” (grifo do autor).

Todo discurso é atravessado por discursos transversos, que provêm do interdiscurso e aparecem no dizer do sujeito sem estarem presentes nele, e é formado a partir de pré-construídos. Os processos discursivos não têm origem no sujeito, entretanto se realizam necessariamente no próprio sujeito. O discurso sofre determinações históricas que definem o dizer em certa situação, em relação ao sujeito falante.

Segundo Pêcheux (1988b, p. 149), é através do interdiscurso que se realiza “o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos”. Ele é constituído pelo encadeamento dos discursos transversos e pela articulação desses dizeres, por isso estabelece uma relação cruzada entre o pré-construído e o intradiscurso (possibilidades do sujeito de formulação do enunciado – representação do discurso do sujeito, em uma conjuntura dada). Como afirma Cazarin (2005, p. 43), “O interdiscurso – a memória discursiva – sustenta o

dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos”.

2.3 SUJEITO, SENTIDO E INTERPRETAÇÃO: O LUGAR DO EQUÍVOCO

Para compreender o modo como o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso, faz-se necessário entender a noção de *forma-sujeito*, introduzida por Althusser (1992), que a define como a forma histórica de que o sujeito se reveste para ser agente de uma prática. Nas palavras de Orlandi (2010b, p. 18), “A forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais”. Desse modo, entendemos que a forma-sujeito é uma construção histórica determinada pela ideologia subjacente a ela e pela formação social na qual ela está inserida.

Para Pêcheux (1988b), a ideologia fornece evidências pelas quais é possível saber que o sujeito se reveste de determinada forma-sujeito para que possa realizar o seu dizer. No caso de uma lei como a Lei da Anistia, o sujeito que diz fala a partir de um lugar revestido da forma-sujeito da lei, como instituição do Estado historicamente autorizada a falar. E esse sujeito está inscrito em uma FD cujos dizeres são organizados e representados pela forma-sujeito, e aquela “é a formação discursiva dominante, e [...] as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso determinam a dominação da forma discursiva dominante.” (PÊCHEUX, 1988b, p. 151, grifo do autor).

O sujeito é constitutivamente heterogêneo, pois apresenta o dizer do outro como parte integrante do seu dizer – divide seu espaço discursivo com o outro. Ele é compreendido enquanto posição, pois depende de sua inscrição na história e das condições de produção de seu discurso, porém materializado na base linguística. Conforme Pêcheux (1988b, p. 147), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (grifo do autor). É por meio do discurso que o sujeito (interpelado ideologicamente e assujeitado) manifesta a ideologia constitutiva de sua FD, e como esclarece Indursky (2013), essa manifestação carrega as marcas da formação, reprodução e transformação das condições em que foi produzido o discurso.

Assim, o indivíduo, desde sempre interpelado em sujeito, ao identificar-se com determinada FD e não com outra, fala a partir de uma posição, a qual é

revestida da forma-sujeito histórica, e com ela se relaciona de diferentes modos – por exemplo, o militar favorável ao Regime Militar e o cidadão contrário a ele (inscrito em uma FD de resistência). O sujeito pode assumir diferentes posições, identificando-se plenamente com o sujeito histórico (forma-sujeito histórica) ou introduzindo neste uma contradição – como um militar contrário à Ditadura (igualmente inscrito em um FD de resistência) e um cidadão favorável a ela. A forma-sujeito historicamente determinada regula, em uma FD, o dizer de diferentes posições-sujeito que ela comporta. Segundo Pêcheux (1988b, p. 199-201), há três modalidades de tomada de posição do sujeito. A primeira é uma superposição entre o sujeito universal (aquele que se pretende como tal – a forma-sujeito) e o sujeito do discurso (aquele que toma posição), caracterizada pela identificação total, demonstrando o que o autor designa “discurso do ‘bom sujeito’, que reflete espontaneamente o sujeito”. A segunda modalidade é caracterizada pelo distanciamento do sujeito do discurso em relação ao sujeito universal e é denominada “discurso do mau sujeito”, “contradiscurso”, responsável pela instauração da contradição. A terceira e última modalidade é a “desidentificação” com a forma-sujeito, que conduz ao deslocamento do sujeito para outra FD.

Para exemplificar a noção de tomada de posição, um presidente, ao fazer um pronunciamento, é interpelado em sujeito pela ideologia, inscreve-se na FD do discurso jurídico da anistia política e fala a partir de uma posição que se relaciona com a forma-sujeito presidente, a qual é afetada pelo imaginário do que é ser presidente na formação social em que ela está inserida. Como resume Courtine (2009, p. 88), “A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de descrição da forma-sujeito”. O sentido do dizer também depende da FI que regula os dizeres da FD em questão.

Ao ser interpelado pela ideologia, o sujeito é submetido a dois esquecimentos. Ele tem a ilusão de ser a origem do dizer, espaço do esquecimento ideológico, isto é, zona a que o sujeito não tem acesso, a qual é inconsciente e constitutiva da subjetividade. O segundo esquecimento, o esquecimento enunciativo, é a ilusão do sujeito de ter domínio daquilo que diz, de dominar “as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende” (INDURSKY, 1997, p. 32). Esse espaço ampara a “liberdade” do sujeito, isto é, o sujeito enunciador estabelece, no interior da FD, um enunciado dizível, a partir do qual estrutura a sequência discursiva.

O conjunto de dizeres possíveis em certa conjuntura e certas circunstâncias é formado por já-ditos que irrompem em determinada posição no interior de uma FD dada. Desse modo, os sentidos são produzidos dentro de uma matriz de sentido, isto é, a partir das relações que se estabelecem em uma família de paráfrases dos já-ditos que pertencem à FD em que o sujeito se inscreve. Por isso, “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebido na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 167). Conforme Pêcheux (1988b, p. 146-147), “as palavras [...] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem” (grifo do autor). O que significa afirmar que o sentido do discurso não é único e fechado em si mesmo, mas dependente das relações que inscrevem o sujeito em determinada FD e não em outra, por isso a mesma sequência de palavras pode receber sentidos diversos, dependendo da FD de que é enunciada e de quem ouve, quem lê. Como trataremos em nossa análise, o *anistiado*, segundo a FD do discurso jurídico da anistia política, é considerado um criminoso político, porém, conforme a FD de resistência, ele é visto como um herói, vítima de um regime ditatorial.

A partir dessas observações, é possível perceber que a língua, como resultado das relações entre sujeitos do discurso, apresenta a incompletude como constitutiva do dizer, e por isso é passível de falhas e deslizos, de equívocos. Como já afirmamos, a língua tem como uma de suas características a não transparência, a opacidade. Portanto, vê-se o tempo todo em um movimento de renovação e retomada dos discursos, dos sentidos e dos sujeitos.

Como afirma Pêcheux, o discurso está sempre exposto ao *equívoco* da língua, à possibilidade de deriva de sentidos: “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1988b, p. 53). Toda leitura é uma interpretação, e o sujeito é sempre atravessado pelo outro, pelo interdiscurso, pela memória discursiva:

[...] a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso

relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência (PÊCHEUX, 1988b, p. 54-55).

Assim, a formulação de todo dizer é atravessada pela memória discursiva, que preexiste a ele e comporta os objetos de que ele se apropria quando é enunciado. Da mesma forma, todo dizer é passível de equívoco, de deriva de sentidos para ressignificar em outro lugar.

2.4 FORMAÇÃO DISCURSIVA DO DISCURSO JURÍDICO DA ANISTIA POLÍTICA

Para caracterizarmos o que denominamos *formação discursiva do discurso jurídico da anistia política*, lançaremos mão das pistas fornecidas por Foucault e Pêcheux do que define uma FD – lembrando que, conforme Pêcheux (1988) afirma, os limites de uma FD não podem ser estanques pelo fato de, em todo discurso, ela ser atravessada por FDs outras.

Retornando aos trabalhos de Foucault (1969, p. 49-50), tem-se uma formação discursiva “se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento”. A FD que identificamos como sendo a partir da qual os sujeitos *anistiado* e *não anistiado* são falados está inserida no campo do discurso jurídico. A *FD do discurso jurídico da anistia política* apresenta o discurso jurídico circunscrito àquilo que, dentro do *campo do discurso jurídico*, fala sobre a anistia política.

Com a finalidade de chegar à FD do discurso jurídico da anistia política, entendemos ser necessário tratar primeiramente do que seja um discurso jurídico, pois, a partir desse desdobramento, restringiremos a FD em questão. Os discursos jurídicos se assemelham e se identificam, entre outros aspectos, por uma linguagem jurídica que está inserida no campo do discurso jurídico. Segundo o *Manual de linguagem jurídica* (PETRI, 2009, p. 28), os dizeres jurídicos se organizam sob uma regra de direito, isto é, “quando a lei exige o ensino de uma língua, ou exclui o uso de outra, ou exige, no uso de uma língua o emprego de certas palavras etc.”. A lei consagra um sentido particular de determinados termos pela recorrência de seu emprego, “uma acepção que lhe é própria” (PETRI, 2009, p. 30), contudo a jurisprudência e a doutrina jurídica se responsabilizam pela

interpretação da lei. Segundo Petri (2009, p. 29), “Há uma linguagem do direito porque o direito enuncia de uma maneira particular suas proposições. Os enunciados do direito dão corpo a um discurso jurídico”.

Essas afirmações nos indicam que os discursos jurídicos ligados à anistia política no Brasil apresentam traços linguísticos comuns que os identificam e os relacionam em um conjunto do que é dizível na FD do discurso jurídico da anistia política, regulado por um domínio de saber que se constitui pela dependência do interdiscurso, isto é, do “todo complexo com dominante” das FDs imbricado a determinada formação ideológica.

Ainda segundo Petri (2009, p. 31), “A juridicidade do discurso refere-se à sua finalidade. É jurídico todo discurso que tem por objetivo a criação ou a realização do direito”. Além disso, o discurso jurídico segue normas sociais que determinam lugares específicos dos quais o sujeito é autorizado a dizê-lo. Em outras palavras, há posições que autorizam/conformam o discurso jurídico como tal. Na formação social brasileira atual, que podemos definir como uma formação social capitalista contemporânea (se mantém a mesma da época do regime militar), um projeto de lei, por exemplo, não pode ser apresentado para apreciação legal por um único cidadão. Segundo as normas da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a), para que possa ser apresentado, o projeto deve ser “subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, o que representa mais de um milhão de eleitores”. E seguindo o processo, para que o projeto se torne uma lei efetivamente, é necessário que outros sujeitos, em lugares sociais determinados, na ordem em que o processo jurídico nacional estipula, aprovem o texto de lei, dentro de determinadas normas, até que, no caso em que se tratar de uma lei federal (por exemplo), a última instância (no caso, o presidente da República), assine a promulgação da lei. Logo, a conformação de um discurso jurídico é dependente das suas condições de produção e dos lugares ocupados pelos sujeitos que dizem.

Da mesma maneira que o projeto de lei, qualquer mobilização contrária a uma lei vigente tem a validade dependente do lugar de que o sujeito enuncia seu discurso (BRASIL, 2015c; 2015d). Uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), como a que complementa o *corpus* de nossa pesquisa, não

pode ser proposta ao Supremo Tribunal Federal por qualquer cidadão, mas apenas por aqueles que falam de determinados lugares sociais⁷.

O discurso jurídico fala sobre o discurso jurídico⁸. A projeção de uma lei é sempre baseada em leis anteriores, que estão na memória discursiva que atravessa o dizer: “o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima” (PÊCHEUX, 1969, p. 76). Como afirma Zoppi Fontana (2004, p. 2),

[...] Trata-se do processo parafrástico da escrita da lei relançada sobre ela mesma, na redação de novos textos legais e na construção de uma jurisprudência que se projeta sobre os fatos, categorizando os acontecimentos passados e presentes e antecipando os acontecimentos futuros.⁹

Assim, a FD do discurso jurídico da anistia política pode ser compreendida como contendo o conjunto de dizeres atravessados por dizeres anteriores e exteriores determinados por relações de classe baseadas em práticas políticas e legislativas estabelecidas e aceitas socialmente que caracterizam tais dizeres como base legal para o discurso legislativo relacionado à anistia política no Brasil. Esse discurso é definido pelas posições tomadas pelos sujeitos do dizer e relacionadas à forma-sujeito que regula os saberes dessa FD. Então, todos os discursos produzidos na FD do discurso jurídico da anistia política são estabelecidos sobre uma matriz de sentido que aponta para uma regulamentação da anistia política na base legal da sociedade. Ou seja, na FD do discurso jurídico da anistia política, submetida à formação ideológica militar, estão inscritos apenas os discursos de sujeitos que dizem a partir de lugares determinados, em condições de produção específicas.

⁷ Nesse caso, apenas estão autorizados a mover tal ação jurídica, conforme afirma o STF (BRASIL, 1999), as mesmas autoridades legitimadas para mover uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, quais sejam: “I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional”.

⁸ Essa tautologia remete ao efeito de pré-construído que todo discurso comporta. Qualquer tipo de discurso jurídico (leis, processos, julgamentos) explicita algo de discursos jurídicos anteriores.

⁹ É importante enfatizar que o discurso jurídico baseia novas leis em leis anteriores; portanto, para que o criminoso seja caracterizado como tal, seu crime precisa estar descrito na lei. É preciso salientar também que as leis posteriores, se tiverem caráter constitucional, podem, além de regulamentar, descaracterizar leis anteriores.

Dos discursos que compõem a FD do discurso jurídico da anistia política, interessam-nos para esta pesquisa dois tipos: A lei, que pode ser considerada a base sobre a qual qualquer discurso jurídico é construído, e a ADPF, instrumento legal de questionamento de uma lei a respeito da qual se supõe haver discordância no que tange à conformidade com fundamentos jurídicos anteriores que regulam o direito (doutrina). A ADPF 153 será apresentada como uma das condições de produção do discurso da Lei da Anistia atualmente.

2.4.1 Sobre a noção de lei e seu funcionamento

Lei é um ato normativo formulado por uma autoridade política constituída, tornado obrigatório e imposto à obediência geral de determinado grupo submetido a tal autoridade. Essa autoridade é responsável também pelo cumprimento das leis e fala de um lugar de poder. Para outorgar uma lei, é preciso estar em um lugar autorizado – no caso da Lei da Anistia, não bastava ser um membro da sociedade clamando na multidão, era preciso ser o presidente (instituído por voto direto ou não) para ter força para legitimar o discurso, promulgando a lei. Outro fator importante a ser considerado é que a lei é um preceito imposto socialmente, por isso também tem como característica ser autoritária, subjugando seu interlocutor.

Segundo Petri (2009), existem alguns traços que podem ser observados na configuração canônica de uma lei:

Os textos de lei, em primeiro lugar, constituem um gênero próprio do domínio jurídico. Caracterizam-se pela forma peculiar; [...] se usam *artigos*, *parágrafos*, *incisos*, *alíneas* e *itens* para expor a mensagem contida no texto legal. [...] seus emissores/produtores são os legisladores de várias esferas: municipal, estadual e federal; seus receptores/leitores são os cidadãos; o conteúdo da mensagem é bastante diversificado, versando sobre todos os aspectos da vida em sociedade, além de ser impositivo (PETRI, 2009, p. 56-57, grifo da autora).

Podemos afirmar, portanto, que a organização de uma lei segue padrões que podem ser observados em outros enunciados do mesmo tipo. Do mesmo modo, conforme o que foi afirmado por Petri (2009), o texto legislativo tem caráter impositivo, ou seja, faz uso de modalidades verbais que produzem o efeito de assertividade e imposição do que é afirmado.

Ainda conforme essa autora, o texto de lei é formado por enunciados afirmativos produzindo efeito de neutralidade e objetividade para que sua interpretação seja o mais pontual possível. Precisamente por seu caráter impositivo, o discurso jurídico é dito sempre a partir de um *lugar de poder*. Lagazzi (1988), ao falar sobre *lugar de poder* a partir de uma perspectiva discursiva, baseada nas afirmações de Barthes (1978), explica que a língua é imediatamente assertiva. Para fazer uma negação ou uma possibilidade, é preciso mobilizar operadores linguísticos particulares:

Não interessa ao poder privilegiar a dúvida, a negação, a possibilidade (que sempre pode se abrir em diferentes caminhos). A asserção é a forma mais segura da expressão do poder, da expressão da autoridade, porque é onde existe o menor espaço para mudança (LAGAZZI, 1988, p. 23).

Como esta autora bem coloca, não quer dizer que o discurso se fechará em um sentido único, pois ele carrega marcas da incompletude, constitutiva da linguagem, e por isso está igualmente submetido à deriva de sentidos.

A incompletude, a partir da inscrição à qual nos filiamos, é condição da linguagem e fornece sustentação à deriva dos sentidos. O campo teórico da AD pecheutiana propõe a determinação dos sentidos como contraface da indeterminação, e o espaço da lei é exemplar desse duplo funcionamento, no qual os sentidos remetem, simultaneamente, ao mesmo e ao diferente, este, o princípio e fundamento da contradição.

2.5 A MEMÓRIA QUE DIZ E A MEMÓRIA QUE CALA

Memória é termo que atravessa diversas áreas do saber e se transmuta em variadas noções segundo o ângulo de que é observada. É o ponto de vista que molda o objeto de estudo, e a memória, assim como a língua, demanda leituras diversas que a colocam em um grande emaranhado de sentidos. Para a psicanálise, a memória constitui o ser no mundo, enquanto para outros campos da medicina ela é uma dentre tantas propriedades do cérebro inerentes aos seres humanos. Antes de ser tratada pelos estudos do discurso, a memória já revelava grande importância para diversas ciências sociais.

Segundo Le Goff (2013, p. 387-404), a memória já era importante mesmo para o ser humano pré-histórico. O registro oral ou escrito atravessa todo o tipo de sociedade, desde o Paleolítico até os dias atuais, e o exercício da memória é comum tanto em sociedades que possuem escrita quanto nas que não a têm. Em várias sociedades antigas (algumas atuais também) havia uma pessoa ou grupo de pessoas responsável pelo que o historiador denomina *memória coletiva*, isto é, valores éticos e numéricos, preceitos morais, regras de conduta, grandes feitos, exultação de mortes, entre outros fatores cuja importância é medida pela conservação na memória.

A *memória coletiva*, ainda segundo Le Goff, apresenta grande importância no que diz respeito às lutas sociais pelo poder:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 390).

Para este autor, memória é a construção discursiva de uma verdade, e assim como se pode falar em *memória coletiva*, pode-se falar em *amnésia coletiva*, já que essa construção é feita por um grupo que detém o poder sobre a sociedade. A repetição da *memória coletiva* mantém o discurso social estável, e, do mesmo modo, conserva a estabilidade das instituições sociais. As leis são exemplos clássicos de manutenção de regras sociais, as quais são alteradas quando há algum interesse maior (coletivo) ou a conduta antidemocrática de governo – como no caso da Ditadura Militar e das mudanças na legislação que suspenderam direitos individuais e coletivos.

Le Goff (2013) afirma também que, ainda na Antiguidade Clássica, Aristóteles diferencia a conservação do passado (*mnemê*) da evocação do passado, a reminiscência (*anamnesis*). Podemos traçar um paralelo entre a divisão feita por Aristóteles e a perspectiva discursiva, que traz os eixos do interdiscurso (pré-construído) e do intradiscurso (formulação): ao dizer, o sujeito acessa a memória de todos os dizeres (já-ditos) para formar o seu dizer; dos já-ditos, ele saca apenas aquilo que pode e deve ser dito, segundo a FD em que ele se inscreve. Toda memória acessível é apenas um recorte de toda memória possível. Inconscientemente, o indivíduo interpelado em sujeito acessa uma memória de

dizeres que é regulada pela FD em que ele está inscrito. Contudo, o esquecimento de que o sujeito não é a origem do seu dizer (*esquecimento nº 1*) – constitutivo de todo sujeito e de todo dizer – faz com que ele acredite igualmente que seu dizer só poderia ser do modo como é (*esquecimento nº 2*).

Para Foucault (1969, p. 64), o domínio de memória é formado por enunciados que não constituem “nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica”. Assim, todo dizer surge a partir de outro anterior, que carrega em si múltiplos sentidos, que serão necessários para produzir sentidos outros. Já para Courtine (2009, p. 105-106), a memória discursiva “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (grifo do autor). Segundo este autor, o *domínio de memória* é constituído pelos enunciados que preexistem à formulação de determinado enunciado e o atravessam:

Citação, recitação, formação do pré-construído: é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio da memória como espaço de recorrência das formulações (COURTINE, 1999, p. 20).

No discurso, essas “formulações de referência” servem de base para a análise dos efeitos de sentido produzidos. Desse modo,

o domínio de memória representa, num plano de organização de corpus discursivo, o interdiscurso como *instância de constituição de um discurso transversal* que regula para um sujeito enunciador [...] o modo de doação dos objetos de que fala o discurso, assim como o modo de articulação desses objetos (COURTINE, 2009, p. 112, grifos do autor).

A memória discursiva estabelece o que de determinado discurso pode vir à tona em certas condições de produção e que efeitos de memória podem ser produzidos entre os discursos (efeitos de lembranças, redefinições, transformação, esquecimento, ruptura ou de negação do já-dito).

As formulações-origem derivam assim em um trajeto na espessura estratificada dos discursos, trajeto em cujo curso elas se transformam [...]; truncam-se, escondem-se para reaparecer mais à frente, atenuam-se ou desaparecem, misturando inextrincavelmente memória e esquecimento. (COURTINE, 1999, p. 19)

Da mesma maneira, para Pêcheux, a *memória discursiva* é constituída pelos discursos que atravessam o discurso segundo, “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ ([...] pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 2010, p. 52). A memória discursiva é, portanto, o saber discursivo que faz com que o dizer tenha sentido.

2.5.1 Silêncio e silenciamento

Além do caráter de preservação que perpassa a memória, existe o extremo oposto, aquilo que está recalcado na memória, o que faz parte do *esquecimento*. O laço que une memória e esquecimento é muito forte; é como se de toda a memória disponível coubesse lembrar apenas uma parte. Segundo Orlandi (2010a, p. 59), “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e silenciamentos”. Fazer valer a memória é, de certo modo, escrever a história, na medida em que história e memória são separadas por uma linha tênue. A memória produz a história e, ao mesmo tempo, a identidade de um povo, e o que será tomado por verdade. Conforme Le Goff (2013), quando controlada por grupo social com interesses restritos, a memória pode sofrer apagamentos ou mesmo receber informações que podem afastar a verdade¹⁰ ou destruí-la.

Ao analisar os sentidos que *maio de 1968*¹¹ promove anos após o ocorrido, Orlandi (2010a) entende que a memória necessária para essa produção de sentido “falte”, não apenas tenha “falhas” (sentido a vir), exatamente porque foi interdita. Disso resulta que a memória não possa ser ressignificada, precisamente por não ter significado anteriormente. De modo semelhante, vários fatos ocorridos no período da Ditadura Militar brasileira foram “apagados” da história e não estão na *memória* para

¹⁰ Neste trabalho não entraremos no mérito do significado de *verdade*. Neste caso, estamos considerando o efeito de verdade que a memória coletiva propõe.

¹¹ O evento ao qual a autora se refere em seu texto é o movimento grevista que reuniu milhões de operários e estudantes franceses nas ruas de Paris em maio de 1968. Nas várias investidas contra os participantes da maior greve geral da Europa, a polícia reagiu com brutalidade e violência.

dar significado a ela. Nesse caso, como resume Orlandi (2010a, p. 66), “O que está fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado”.

A Lei da Anistia foi proposta como forma de silenciar fatos que já haviam sido negados ou “apagados” pelo Estado. Entendemos que os episódios que não foram apurados em decorrência da criação da Lei em questão não puderam ser interpretados, portanto seus sentidos não foram trabalhados, mas sim silenciados. Isso nos faz pensar na seguinte afirmação de Rossi (2010, p. 35): “Ressurgir de um passado que foi apagado é muito mais difícil que [se] lembrar de coisas esquecidas”. Mesmo diante dessa dificuldade, julgamos ser importante manter a memória da Ditadura Militar, não para lembrá-la, mas para não esquecer que ainda existem muitos silêncios que precisam ser revelados.

Orlandi apresenta na obra *As formas do silêncio* (2007) uma extensa abordagem da noção de silêncio, cuja base é estabelecida na relação entre língua e ideologia. Para a autora, o *silêncio* é o não dito que carrega em si significado, é aquilo que está antes da linguagem e dela faz parte. É a reflexão, a contemplação. Dito de outra maneira, o silêncio não é a *falta*, a linguagem é que pode ser entendida como excesso, ou transbordamento do silêncio. A autora observa que da incompletude, constitutiva do dizer e geradora da possibilidade de múltiplos sentidos, faz parte o silêncio, que não fala, mas significa: “o silêncio significa de modo contínuo, absoluto, enquanto a linguagem verbal significa por unidades discretas, formais” (ORLANDI, 2007, p. 47).

O silêncio teve sua significação social modificada com o passar do tempo. Conforme a autora defende, o imaginário social atual reserva um lugar secundário para o silêncio e eleva a linguagem como meio de comunicação. É a “urgência do dizer” que faz com que a não fala – o silêncio – seja uma falta.

Para observar o silêncio pelo viés do discurso, Orlandi (2007) trabalha com a noção dividindo-a em dois tipos: *silêncio fundador* e *política do silêncio*. O *silêncio fundador* é a própria condição da produção de sentido. Ele é fundador porque vem antes da palavra (como já afirmado, ele é também parte do processo de formação do sentido). Ele é mediador entre o “pensamento, palavra e coisa”.

Dentre vários aspectos do silêncio trabalhados pela autora, alguns chamam mais a atenção pela relação com nosso objeto de estudo. Um em especial, que se desdobra em dois, é o controle (efeito de) que o sujeito exerce sobre o silêncio. Ao

optar por calar, ele pode exercer seu protesto¹² e incomodar muito mais do que se derramasse um bravo discurso; essa é a “retórica da resistência”. De outro lado, ao obrigar outro indivíduo a se calar, seja pela via ideológica, seja pela via física, cria-se um impedimento, um interdito; essa é a “retórica da opressão”. Ambos os casos se combinam na *política do silêncio*.

A *política do silêncio* – ou o *silenciamento* – pode ser definida da seguinte maneira: em uma situação discursiva, ao dizer, outros dizeres – possíveis, mas indesejados – são apagados. Por isso, ela produz um recorte entre o que é dito e o que não é dito. Essa modalidade do silêncio se subdivide em duas categorias: *silêncio constitutivo* e *silêncio local*.

O *silêncio constitutivo* é entendido como aquilo que o sujeito, em determinada posição, deixa de dizer ao dizer, isto é, “ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 53).

O *silêncio local* é a interdição do dizer, ou seja, a produção do proibido, e a censura (como fato de linguagem) é um exemplo disso. O sujeito é impedido de ocupar uma posição-sujeito em que o sentido é apagado, pois, conforme já afirmado, sujeito e sentido são constituídos ao mesmo tempo no discurso. Dessa maneira, há a interdição do sujeito para inscrever-se em certa FD e, ao inscrever-se em outra, o sentido produzido pelo seu discurso também será outro. Desse modo, a autora afirma que “a censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito” (ORLANDI, 2007, p. 79).

Ao tratarmos da instauração da posição-sujeito *anistiado político*, verificaremos que há o funcionamento do silêncio local, pois o *sujeito anistiado* é sempre falado na Lei da Anistia, mas nunca é chamado a falar¹³. Por isso, recebe um lugar preestabelecido no discurso da Lei – no caso, o lugar de criminoso político.

¹² Apenas com os dizeres “silêncio como forma de protesto”, é possível encontrar na internet milhares de reportagens sobre manifestos recentes que foram feitos totalmente em silêncio, mas que repercutiram como se fossem um “panelaço”.

¹³ O sujeito anistiado é chamado a falar apenas para os processos judiciais, porém já tendo sido colocado na posição de criminoso anistiado, do contrário não poderia requerer os benefícios da Lei.

2.5.2 Acontecimento histórico, acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo

A memória é necessária para que haja a constituição dos sentidos. Ao tratar da memória, Davallon (2010) considera que, para que ela exista, um acontecimento histórico ou saber deve deixar a indiferença e adquirir significado suficiente para ficar gravado. Esse acontecimento precisa ser reconstruído por meio de dados que sejam de conhecimento de todos os membros de uma comunidade social para, dessa maneira, ser reconhecido como uma memória coletiva.

Para que um acontecimento histórico inaugure um acontecimento discursivo, é necessário que haja o encontro do fato com o interdiscurso que o atravessa. Segundo Pêcheux (1988a), um acontecimento discursivo é o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. O que significa que, para que haja um acontecimento discursivo, um fato histórico precisa se inscrever na memória discursiva, porém essa inscrição deve instaurar uma nova memória e fazer com que o acontecimento histórico passe a ter outro sentido. Mesmo com o rompimento da repetibilidade da memória e a instalação de outro sentido, a memória discursiva continua atravessando o dizer e o ultrapassa para continuar significando: “um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro” (INDURSKY, 2003, p. 107). Indursky (2002) ressalta que, além instaurar um novo domínio de saber, o acontecimento discursivo promove a desidentificação do sujeito com a forma-sujeito que organiza os saberes dentro da FD em que ele está inscrito e, conseqüentemente, a ruptura com essa FD faz surgir uma nova forma-sujeito. Nas palavras desta autora, um acontecimento discursivo

[...] acarreta o surgimento de uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, de uma nova formação discursiva. [...] a ruptura é radical e definitiva; o sujeito não suporta mais os saberes da FD em que se inscrevia e com ela se desidentifica, saltando para fora. Este movimento o conduz necessariamente para a instauração e/ou inscrição em uma outra FD e a produção de novos saberes (INDURSKY, 2002, p. 6).

O acontecimento discursivo promove o rompimento com a FD e o surgimento de uma nova forma-sujeito. Porém, como frisa Indursky (2002), nem todo acontecimento histórico promove um acontecimento discursivo e,

consequentemente, nem sempre há ruptura total com o domínio de saber. Ao verificar essa não bilateralidade, a autora observa outra modalidade de desidentificação do sujeito, na qual o sujeito se distancia da posição-sujeito dominante da FD e se inscreve em uma nova posição-sujeito dentro da mesma FD, relacionada com a mesma forma-sujeito que organiza os sentidos instituídos. É o acontecimento enunciativo:

um afrontamento com a posição-sujeito dominante no interior de uma formação discursiva. [...] o resultado dessa tensão será o surgimento de uma nova posição-sujeito, a qual entra em relação de confronto com a posição-sujeito dominante em relação à qual se deu a instauração do estranhamento, dando lugar ao surgimento de uma nova subjetividade contraditória, no interior da mesma formação discursiva (INDURSKY, 2002, p. 5).

Inicialmente, procuramos entender a promulgação da Lei da Anistia como um acontecimento histórico que, a partir do momento de sua existência, rompeu parcialmente com a memória de dizeres que afirmavam o Regime Militar, instaurando, ao mesmo tempo, uma nova situação, na qual a abertura política passou a ser possível. Ao ser promulgada, a Lei da Anistia fez surgir um novo sujeito no interior da FD do discurso jurídico da anistia política, o anistiado, representado por duas posições-sujeito: o *anistiado político*, que ocupa um lugar que designa o considerado criminoso que foi perdoado pelo Estado, e o *não anistiado*, que ocupa o lugar do designado criminoso cujo crime não tem direito ao perdão. Nos capítulos seguintes, pretendemos verificar se o acontecimento histórico da promulgação da Lei da Anistia pode ser considerado como um *acontecimento discursivo*, que rompe com a FD e a forma-sujeito ao instaurar o *sujeito anistiado*, ou como um *acontecimento enunciativo*, que instaura uma nova posição-sujeito dentro da mesma FD e que se relaciona com a forma-sujeito que organiza os dizeres.

3 LEI DA ANISTIA: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

3.1 BREVE HISTÓRICO DO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Para compreender os sentidos produzidos pelo discurso da Lei da Anistia, é necessário recorrer às condições de produção desse discurso, que correspondem amplamente ao contexto sócio-histórico e ideológico que atravessa o discurso e, estritamente, ao contexto imediato de produção da Lei. Não é possível dissociar o contexto imediato do contexto histórico, pois este compõe o interdiscurso, a memória discursiva que atravessa todo o dizer. Ele dá suporte ao sentido do dizer; é gerador e transformador do discurso.

Em 1º abril de 1964, foi instaurado no Brasil o Regime Militar que afirmava estar protegendo o país de uma conspiração comunista, mas que se revelou um golpe de Estado que depôs o então presidente João Goulart e deu plenos poderes sobre a República ao exército. Esse novo governo, por meio de Atos Institucionais (Ais)¹⁴, tornou indiretas as eleições de cargos políticos cruciais, particularmente os executivos (como governador de estado e prefeito de capital), fechou temporariamente o Congresso Nacional e, principalmente, suspendeu os direitos políticos e individuais dos cidadãos, tornando crime qualquer tipo de oposição ao governo militar. Não havia liberdade de expressão e opinião – qualquer forma de manifestação contra o governo era reprimida violentamente –, a imprensa passou a ser controlada pelo Estado, os opositores políticos eram acusados de ser comunistas e inimigos do povo brasileiro e, por isso, eram perseguidos. Entre 1964 e 1969, foram ao todo 17 Ais, que permitiam, entre outras imposições, que o Congresso fosse fechado a qualquer momento, fossem feitas eleições indiretas para a presidência e se efetuassem prisões de qualquer indivíduo¹⁵ que fosse acusado de subversão¹⁶ (BRASIL, 2015b). São dessa época os episódios de prisões e torturas mais denunciados por movimentos em favor da justiça.

¹⁴ Os Ais eram decretos impostos ao Poder Legislativo que representavam os interesses do alto comando militar e concediam poderes excepcionais ao Poder Executivo (BRASIL, 2015b).

¹⁵ Utilizamos a designação *indivíduo* para distinguir do *sujeito* como categoria teórico-analítica discursiva.

¹⁶ O fato de o cidadão utilizar cores que representassem movimentos contra a ditadura (como o vermelho, comumente ligado ao comunismo) era motivo suficiente para que ele fosse considerado uma ameaça à ordem e à segurança nacional.

Durante a Ditadura Militar, que vigorou de 1964 a 1985¹⁷, o Brasil foi presidido por cinco militares¹⁸: Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967); General Arthur da Costa e Silva (1967-1969); General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); General Ernesto Geisel (1974-1979) e General João Baptista Figueiredo (1979-1985).

Em 1967, a promulgação de uma nova Constituição Federal, na qual a democracia foi posta de lado, reiterou o estado de ditadura. Como consequência, do início ao fim do estado de exceção, houve fortalecimento do Poder Executivo, com cargos ocupados por militares e civis aliados a eles, interferência direta nas decisões do Poder Judiciário, controle dos partidos e sindicatos, criação da Lei de Imprensa, que censurou os meios de comunicação e interditou aqueles que fizeram oposição ou críticas ao governo ou às Forças Armadas, e aplicação da Lei de Segurança Nacional. Esta lei, embora tenha sido promulgada por Getúlio Vargas, em 1939, com a finalidade de criar uma legislação mais rigorosa para os crimes cometidos contra a segurança do Estado, foi utilizada, durante a Ditadura Militar, para incriminar qualquer um ou abolir qualquer manifestação contrária ao regime.

À medida que o Regime Militar foi se consolidando, o governo intensificou a perseguição a seus opositores e endureceu seu aparelho repressivo. O presidente General Costa e Silva (1967-1969) marcou seu governo com o que foi considerado o mais agressivo dos atos institucionais, o AI 5¹⁹, que suspendeu direitos individuais previstos na Constituição e deu plenos poderes ao governo (Anexo 3). Os “anos de chumbo” do governo do General Médici (1969-1974) foram marcados pela repressão violenta a diversos grupos de resistência, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), os guerrilheiros do Araguaia e o Movimento de Libertação Popular (Molipo). As ações dos agentes do Estado resultaram em milhares de presos políticos

¹⁷ Ainda há muitas controvérsias entre os historiadores a respeito do fim da Ditadura; uns consideram a revogação dos AIs, em 1979, outros consideram a eleição de Tancredo Neves, em 1985, outros ainda marcam o fim do regime com a promulgação da Constituição vigente, em 1988 (AARÃO REIS, 2014, p. 11-13).

¹⁸ Entre agosto e outubro de 1967, o Brasil foi governado provisoriamente por uma junta militar formada por Aurélio Lyra Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Souza Mello (BRASIL, 2015c).

¹⁹ “O AI-5 significou a quebra da legalidade imposta pelo próprio regime; dava poderes quase ilimitados ao presidente da República, por exemplo, para legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional, julgar crimes políticos em tribunais militares, demitir ou aposentar juizes e outros funcionários públicos.” (RIDENTI, 2014, p. 36).

submetidos a interrogatórios com sessões de tortura e humilhações, além de um número ainda inexato de assassinatos²⁰.

Segundo o sociólogo Marcelo Ridenti (2014), os golpistas que impuseram o Regime Militar jamais assumiram o caráter ditatorial do governo imposto; além disso, preocuparam-se em legitimar a tomada de poder baseados na suposta ameaça à democracia. Ao mesmo tempo que usava a violência contra os dissidentes e subversivos²¹, para estabilizar a dominação do poder, o governo investia no desenvolvimento econômico do país e na modernização da sociedade, que culminou no “milagre econômico”²², em 1970.

Como a censura e a repressão eram a regra, só eram noticiadas informações de interesse do governo, enquanto os fatos que depunham contra o Estado repressor eram silenciados. Em contrapartida, como afirma Aarão Reis (2014, p. 24 25), o governo difundia propagandas de enaltecimento ufanista do nacionalismo, pautadas em uma defesa da união nacional contra aqueles que queriam “desestabilizar o país”, exaltava a política econômica e a construção de obras públicas monumentais. A propaganda militar privilegiava questões ligadas ao “milagre econômico” e à conquista do tricampeonato mundial de futebol pela seleção brasileira, em 1970. Enquanto isso, a opressão aos opositores seguia organizada e forte²³.

²⁰ Conforme bem define a historiadora Mariana Joffily (2014, p. 166-167), “as mortes provocadas pelos agentes repressivos, fossem elas ‘acidentais’, sob tortura, ou propositalis, eram encobertas com versões de atropelamento, suicídio, enfrentamento com agentes ou choque com os próprios companheiros de organização. O desgaste provocado ao longo dos anos pela sucessão de histórias forjadas levou à adoção de outra prática repressiva, o desaparecimento. Os corpos passavam a ser sepultados em locais desconhecidos ou em valas comuns destinadas a indigentes”.

²¹ Para a abordagem mais esclarecida dos sujeitos que se opuseram ao governo militar, consideramos a designação *subversivo* como referente àquele que alterou a ordem estabelecida com atos considerados “crimes de sangue”, ao revolucionário. Ao lado dessa denominação, designamos *dissidente* todo aquele que, por divergência de opiniões e princípios, afastou-se do grupo dominante sem necessariamente reagir com violência. Contudo, entendemos que, conforme explica Napolitano (2014, p. 133), para o governo ditatorial, eram subversivos “tanto os combatentes da luta armada, a rede de apoio direto e indireto às organizações clandestinas, bem como qualquer militante de partidos de esquerda ou movimentos sociais, inclusive aqueles que não tinham aderido à luta armada”.

²² De acordo com o historiador Aarão Reis (2014, p. 24), “Entre 1968 e 1973 configurou-se o ‘milagre brasileiro’, com taxas de desenvolvimento alcançando, de fato, padrão invejável: 9,8% em 1968, 9,5% em 1969, 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972, 14% em 1973”.

²³ Joffily (2014, p. 163) sistematiza o que seriam as principais características do sistema repressivo da Ditadura Militar: “Em primeiro lugar, a militarização: membros do Exército ocupavam variados cargos ligados à segurança pública e a áreas de informações, com a particularidade de que os cargos de chefia foram todos preenchidos por oficiais superiores. Em segundo, a especialização na montagem de um sistema coercitivo voltado especificamente para o combate ao crime político [...]. Em terceiro lugar, a centralização das operações repressivas em órgãos criados para esse fim. Por fim, a sistematização dos esforços de repressão à dissidência, com a montagem de um conjunto de

Com os primeiros sinais de enfraquecimento do “milagre econômico” e o aumento da insatisfação popular com o governo, em 1974 foi elaborado um novo programa para recuperar a economia, que deu lugar a uma “política de distensão”, isto é, um conjunto de medidas adotadas pelo governo com objetivo de abrandar a legislação opressora existente e promover a harmonia entre os interesses dos grupos sociais (NAPOLITANO, 2014, p. 229-254). Na prática, o governo pretendia programar uma abertura política controlada: “Tratava-se de preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas sem descartar a tutela militar” (LE MOS, 2002, p. 293). O General Ernesto Geisel firmou o compromisso de proceder a uma abertura “lenta, gradual e segura” do regime em direção à (re)democratização, que ganhou força no governo do General Figueiredo, em 1979, com a promulgação da Lei da Anistia, em meio à crise econômica pela qual o país passava.

Como explica Napolitano (2014, p. 276), uma das preocupações do governo militar em relação à abertura política era “evitar que no processo da passagem do poder aos civis se afirmassem políticas de apuração das violações de direitos humanos no Brasil por agentes da repressão política”. Isso ocorria porque “Em 1978, não havia mais guerrilha, mas a luta civil pela redemocratização se ampliava, isolando o governo”, com a força da “nata da classe média” reavaliando o apoio ao governo (NAPOLITANO, 2014, p. 283).

Depois de cometer os piores crimes contra os direitos humanos, pressionado pela opinião pública e por movimentos em prol da democracia, o governo militar aprovou a lei que concedia anistia a alguns indivíduos condenados por “crimes contra a pátria”. Pessoas que partilhavam de ideias contrárias ao regime político que tomou o poder e servidores públicos que se recusavam a cumprir ordens vindas de um comando assumido por meio de um golpe poderiam finalmente retomar suas vidas de onde haviam parado anos antes.

Segundo Araujo *et al* (2014, p. 235-236), a anistia política resultou muito mais da ação popular do que propriamente da iniciativa governamental. Enquanto o governo prometia uma abertura lenta, gradual e segura, os movimentos sociais exigiam uma anistia ampla, geral e irrestrita. Conforme afirma o historiador Ricardo

instituições de informação e segurança, o que denota a importância atribuída ao crime político durante a Ditadura Militar”.

Lemos (2002), a luta popular pela anistia foi resultado da organização de familiares e amigos dos presos políticos, exilados, desaparecidos e mortos pelo Regime Militar, que ganhou força a partir de 1978, com a organização dos comitês pró-anistia espalhados pelo país. Apesar da iniciativa social, “O projeto [de anistia] de 1979 [...] era um projeto oficial, parte de uma estratégia maior do governo visando à transição política controlada” (NAPOLITANO, 2014, p. 298).

A Lei da Anistia foi criada para perdoar atos de resistência ao regime ditatorial, para que fosse possível a reintegração dos direitos políticos de presos e acusados de crimes de motivação política. Apesar dos clamores por uma anistia irrestrita, a lei foi editada como um “ato benevolente” proposto pelo próprio Estado (NAPOLITANO, 2014, p. 283-298). Os termos da lei deixaram de fora da Anistia os condenados por “crimes de sangue”; não foi admitido o perdão aos crimes de “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” (BRASIL, 1979). Ainda, de modo contraditório, a lei anistiou agentes da repressão, os quais cometeram atos violentos contra a sociedade.

3.2 A ANISTIA NO CONTEXTO ATUAL

3.2.1 Designação *anistia* e seus efeitos de sentidos

Como já elucidamos, as condições de produção da promulgação da Lei da Anistia, em 1979, apresentavam um governo ditador, porém enfraquecido diante da sociedade insatisfeita política e economicamente. Para compreendermos o funcionamento da Lei da Anistia e o modo como ela produziu determinações sobre o processo de abertura política, é necessário recorrer aos domínios de memória que circundam a noção de *anistia*.

A anistia, segundo Ricoeur (2007), é um recurso jurídico que guarda em si resquícios ligados à soberania monárquica, quando era embutida uma atmosfera divina nas decisões tomadas pelo rei ou outro chefe de Estado. É um “privilegio régio”. O filósofo esclarece que uma das formas de esquecimento impostas pelo Estado que mais se aproxima da amnésia é a anistia, a “graça anistiante”. Anistia é a não lembrança; mais que isso, é a proibição da lembrança do passado:

A anistia põe fim a todos os processos em andamento e suspende todas as ações judiciais. Trata-se mesmo de um esquecimento jurídico limitado, embora de vasto alcance, na medida em que a cessação dos processos equivale a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu (RICOEUR, 2007, p. 462).

Ricoeur (2007) ressalta que a anistia é um recurso útil, na medida em que se tenha ao lado dela a memória. Ela é o perdão que falta. Discursivamente pensando, a irrupção da memória impede o esquecimento e mesmo o retorno daquilo que motivou a anistia. No entanto, seu caráter permanente de apagamento de culpa e de esquecimento dos crimes cometidos de ambos os lados torna suscetível a repetição dos atos.

Pode-se atribuir à designação *anistia* o sentido de *perdão oferecido pelo Estado a um crime cometido contra o próprio Estado*. Em termos jurídicos: “Anistia pressupõe a prática de um ato ilícito que será perdoado pelo Estado” (WEICHERT, 2013, p. 1). Esse sentido superficial pode ser desdobrado em um sentido mais profundo, como *perdão oferecido pelo Estado a um indivíduo acusado de um crime contra o Estado, pelo qual foi considerado culpado e foi condenado*. Desse modo, para haver anistia, é preciso que haja crime.

Um ponto interessante em relação à anistia é o fato de que ela recai sobre o indivíduo que cometeu o crime, não sobre o crime em si. Ela apaga a possibilidade de punição, entretanto, apenas em relação aos indivíduos que se enquadram nas regras às quais o perdão se aplica; o que significa que, ao anistiar um indivíduo por tortura, o crime não se torna um ato lícito (continua sendo um crime), mas é perdoado o ato cometido pelo indivíduo em uma situação específica, em dadas circunstâncias (BRASIL, 2008, p. 3-4).

Segundo o prefácio da primeira edição da *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (BRASIL, 2009), a anistia, conforme tem sido aplicada no Brasil atualmente, representa o pedido de desculpas do Estado por ter perseguido cidadãos que defendiam seus direitos diante da Ditadura Militar. Além disso, sua função maior é reparar moral e financeiramente esses cidadãos, além de se retratar com a sociedade.

3.2.2 Da promulgação da Lei da Anistia e suas consequências

Do início da abertura política, marcado pela promulgação da Lei da Anistia, até o reestabelecimento do Estado Democrático de Direito pela nova Constituição (1988), alguns atos, decretos e leis foram revogados ou reestabelecidos. A revisão da legislação fez com que fossem revistas também as relações entre o Estado e os cidadãos – mais especificamente aqueles que foram punidos em decorrência de leis criadas para intervir nos direitos de manifestação contrária ao governo militar. Desse modo, parte do que foi considerado crime contra o Estado no período da Ditadura Militar teve o efeito de sentido deslocado. Atualmente, ou seja, em outras condições de produção do discurso, a luta contra o Regime deixou de ser interpretada como crime pelo governo vigente e passou a ser considerada uma luta pelos direitos dos cidadãos e pelos ideais de democracia.

Para compreendermos os desenlaces da abertura política e as consequências trazidas pelo processo, é necessário recorrer à noção de *justiça de transição* e como essa fase se deu no contexto brasileiro.

A expressão *justiça de transição* tem origem recente e corresponde ao momento de passagem entre um regime de exceção e o Estado Democrático. Segundo o professor de Direito Rodrigo Remígio (2009), um *regime de exceção* é uma forma de governo instalada em caráter emergencial, que pode ser decorrente de uma revolução ou de um golpe de Estado (como ocorreu na Ditadura brasileira), isto é, “é aquele [governo] que não se submete ao poder popular consagrado na Constituição” (2009, p. 183). Em contrapartida, no *Estado Democrático de Direito*, “o poder é exercido direta ou indiretamente pelo povo (soberania popular), lastreando a legitimidade de seus atos na Constituição, sempre voltados à efetivação de direitos fundamentais” (REMÍGIO, 2009, p. 183).

Ainda conforme esse autor, o modo como é aplicada a justiça de transição se pauta na responsabilização individual do ato considerado criminoso, o que quer dizer que, ao julgar os crimes cometidos em um regime ditatorial pela justiça de transição, o sistema não é responsabilizado como se fosse um organismo vivo, mas seus participantes (presidentes, parlamentares, militares) são julgados individualmente pelos crimes que cometeram. Esse processo tem como pretensão restaurar os mecanismos democráticos e as liberdades políticas e garantir o respeito aos direitos humanos.

Segundo a *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (2009), a justiça de transição é sustentada por cinco princípios básicos: da verdade, da justiça ou da responsabilização, da reparação, da memória ou da não repetição e da reforma institucional.

O pilar da verdade é responsável por estabelecer (buscar) a (ou uma) verdade oficial dando voz às vítimas e garantindo que não se mantenha a “cultura do esquecimento”. O pilar da justiça ou da responsabilização é responsável por garantir que não haja repetição das violações cometidas e serve como modo de recuperar a relação de confiança dos cidadãos com o Estado. O pilar da reparação trata da assistência material e psicológica das vítimas, como medida simbólica de compensação pelos danos causados. O pilar da memória ou da não repetição propõe dar outro sentido ao sofrimento das vítimas, fazer a sociedade se lembrar de que houve um momento em que ela esteve à mercê de um estado dominador e incentivar a “cultura do nunca mais”.

A reforma institucional é o último passo da justiça de transição e tem por objetivo dissolver as instituições violadoras, rever o corpo político, resgatar a Democracia e possibilitar a criação de uma nova Constituição Federal.

Com base no que foi exposto, é possível afirmar que, na justiça de transição, há a revisão dos fatos e a punição dos culpados. Contudo, no Brasil, a passagem do Regime Ditatorial para o Estado Democrático não se deu por essas vias. Na época, conforme afirmamos, os líderes militares encontraram outro meio de deixar o poder sem que isso causasse a eles qualquer tipo de punição: a promulgação da Lei da Anistia, proposta como uma ação pacífica de abertura política gradual. Como defende a OAB na proposta de revisão da Lei da Anistia (BRASIL, 2008), essa política de transição estendeu o benefício do perdão – e com ele a impunibilidade – sobre crimes de violência contra a vida praticados por autoridades da época, os quais foram apagados (por vezes nunca constaram) dos autos judiciais depois da promulgação da Lei da Anistia e, assim, não fizeram parte da “verdade oficial” que vem sendo contada às gerações posteriores à ditadura.

Como não houve justiça de transição na época da abertura política, tardiamente, com a prescrição de alguns crimes, ela perdeu o poder de julgar os agentes de Estado, e restou apenas a possibilidade de apontá-los, torná-los visíveis para as gerações seguintes, para que não haja repetição de tais atos, como prega a

“cultura do nunca mais”²⁴. Esse fato, além de prejudicar a busca por justiça dos envolvidos nas perseguições políticas, fere diretamente a evolução do sistema de governo democrático, pois, como afirma Silva Filho (2011, p. 282), “A ausência de uma adequada transição política contribui para que a democracia não se desenvolva, para que ela fique isolada em um discurso democrático ao qual corresponde, em verdade, uma prática autoritária”. Sem a justiça de transição, fica evidente que a Ditadura Militar nunca foi realmente derrotada, mas se retirou por vontade própria em um momento de crise econômica e social, após ter “comprado sua liberdade” com a Lei da Anistia.

3.3 A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF) 153

Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) propôs que a Lei da Anistia, promulgada pelo presidente João Figueiredo, fosse revisada. Por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, a OAB questionou a abrangência da Lei alegando que, diante de tal texto jurídico, era concedida anistia a todos os agentes públicos que, de alguma maneira, cometeram crimes contra a humanidade a mando do Estado, como “homicídio, desaparecimento forçado, abuso de autoridade, estupro e atentado violento ao pudor” (BRASIL, 2008, p. 2). Esse fato caracteriza a *autoanistia*, isto é, a reciprocidade da Lei.

A OAB defendeu ser contraditório que o mesmo Estado considere crime ser contra o governo e ser a favor deste. Em outras palavras, a mesma lei que anistiou os denominados *criminosos políticos* permitiu que não fossem punidos os responsáveis por prender, torturar e até assassinar os que se posicionaram contra o Regime. A indeterminação do texto da lei faz com que ela possa abarcar as duas categorias diante do julgamento de um legislador (juiz), pois insere a especificação

²⁴ O Núcleo de Preservação da Memória de São Paulo desenvolveu uma cartilha explicativa sobre a Comissão Nacional da Verdade, instaurada no Brasil, por meio de lei, em 2011, com o intuito de explicar os motivos pelos quais as investigações de crimes cometidos contra a humanidade durante o período ditatorial são importantes, na medida em que trazem a lume situações que foram escondidas e criminosos que foram perdoados pela mesma lei que anistiou inocentes.

de dois crimes diferentes: políticos e conexos. No entanto, o pedido de revisão da Lei foi negado, em 2010, pelo Supremo Tribunal Federal (STF)²⁵.

A Lei da Anistia foi posteriormente contemplada na Constituição Federal de 1988, o que pôde dar sustentação às interpretações que estendiam o benefício do perdão aos perpetradores de crimes de Estado (agentes que agiram a mando do governo), pois a anistia aos crimes conexos e por motivação política estaria regulamentada na Constituição.

O governo, ao mesmo tempo que ofereceu anistia a parte dos dissidentes, tomou para si e para os seus o mesmo privilégio de não responder pelos atos cometidos durante o regime de exceção. Essa manobra foi efetuada sob uma política de apaziguamento, que não passou de uma estratégia dos militares de retirada gradual. Com isso, ao conceder a anistia, a punição pelos crimes conexos aos crimes políticos foi silenciada, interditada. A proposta da referida lei foi de um esquecimento de ambas as partes.

²⁵ Não detalharemos a sentença emitida pelo STF em relação à proposta da OAB de revisão da Lei da Anistia por não ser o enfoque de nosso trabalho. O referido texto vem embasar a afirmação de que o discurso da lei discutida não se fecha em um sentido único mesmo com uma análise mais superficial de sua materialidade linguística, o que, como já foi afirmado, é esperado de um discurso dessa natureza.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE DAS DISCURSIVIDADES SOBRE O *ANISTIADO*

Em nosso trabalho, para efetuar as análises, colocamos em interlocução o campo jurídico e a Análise do Discurso. Em razão de a Análise do Discurso ser, como afirma Orlandi (2012, p. 23), uma “disciplina de entremeio”, isto é, que discute seus pressupostos constantemente, em face do diálogo com outras áreas, acreditamos que ela seja adequada a esse tipo de interlocução. Não se trata simplesmente de justapor campos de conhecimento, mas de se propor a um olhar interpretativo sobre o jurídico, no sentido de se dispor a observar o funcionamento ideológico materializado no linguístico.

Para tanto, analisaremos os modos de interpretação da Lei da Anistia que geram o efeito de sentido de existência de um paradoxo a partir de sua materialidade, tomando como condições de produção desse discurso a ADPF 153/2008, que se constitui em um instrumento de questionamento de tal efeito de sentido e apresenta materialmente o paradoxo na Lei: a anistia estendida a crimes cometidos pelo Estado. A produção desse efeito de sentido é visto pela Análise do Discurso como o lugar do equívoco, o qual se produz na materialidade linguística como possibilidade de o sentido ser X, mas também ser Y, porque a linearidade sintática é constitutivamente atravessada por já-ditos, por pré-construídos, enfim, pela memória discursiva. E isso não se dá de modo homogêneo, mas a partir de diferentes lugares de filiação dos sujeitos que dizem.

Levamos em consideração os efeitos de sentido advindos da leitura e interpretação dos recortes discursivos e como estes se relacionam com suas condições de produção e com os sujeitos do dizer envolvidos na sua discursivização. Ademais, não se espera do corpus que ele fale apenas por si, mas se espera que a pesquisa possa dar visibilidade às disputas de sentido entre o acontecimento histórico da publicação da Lei da Anistia e a interpretação/julgamento da Lei no campo jurídico.

4.1 DA ORGANIZAÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

Nosso arquivo de pesquisa é composto pela Lei 6.683/1979 (Lei da Anistia), pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153/2008, pelo

Ato Institucional 5/1968 (AI-5), pelo artigo 8º do Título X da Constituição Federal (1988) e pelo Decreto-Lei 7.474/1945 (Lei da Anistia de Getúlio Vargas). Na análise, farão parte do *corpus* discursivo, primeiramente, a Lei 6.683/79, que institui a anistia no Brasil, e, como parte das condições de produção do discurso para a leitura dos sentidos da anistia de conexos, o pedido de revisão da Lei da Anistia pela Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 153/2008. Dos outros documentos, interessa-nos observar o modo como se relacionam com a Lei da Anistia: o AI-5 criminaliza atos considerados posteriormente na Lei da Anistia; o artigo 8º do Título X da Constituição Federal (1988) reafirma a proposta da Lei da Anistia sem alterar seus termos; o Decreto-Lei 7.474/1945 é a primeira concessão de anistia do Brasil República, e o texto da Lei 6.683/1979 se assemelha bastante a ele no que se refere à organização e aos termos.

Com relação à Lei 6.683/1979, Lei da Anistia, interessam-nos os recortes discursivos que instauram o *sujeito anistiado* e, por meio de construções determinativas, desdobram-no em duas categorias/posições-sujeito: responsáveis por crimes políticos (*anistiado político*) e responsáveis por crimes conexos (*anistiado conexo*). Analisaremos tais desdobramentos com base na noção de *designação* e a partir do termo *anistia* e dos pré-construídos que advêm do imaginário popular. Da ADPF 153/2008, serão levados em consideração recortes discursivos que problematizam a interpretação de que houve autoanistia, demonstrando o equívoco, isto é, os deslizamentos de sentido derivados da materialidade linguística, e, ao mesmo tempo, recortes que indicam a autoanistia como sendo legítima, em razão da vagueza de sentidos. Como considerações finais sobre a Lei da Anistia, do Decreto-Lei 7.474/1945, serão observados recortes discursivos que se assemelham à Lei 6.683/1979, e nos interessa principalmente a referência a crimes conexos, que consta em ambos, e o modo como é tratado o reenquadramento social do anistiado político.

4.2 A LEI DA ANISTIA COMO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO

Ao fazer uma leitura inicial dos fatos, percebemos que a Lei da Anistia foi promulgada ainda no Regime Militar – portanto, durante o Estado de Exceção –,

como parte da proposta do governo de uma abertura gradual da política. Com isso, houve primeiramente uma promessa de transição pacífica para o Estado Democrático. Não podemos deixar de lembrar que o contexto de produção da Lei da Anistia está ligado ao do Estado de Exceção, e essa Lei é um acontecimento histórico que instaura uma contradição no regime ditatorial, pois concede à população parte dos direitos revogados durante a ditadura.

Como afirmamos na seção 2.5.2, um acontecimento histórico pode dar origem a um acontecimento discursivo ou a um acontecimento enunciativo. Retomando as diferenças entre ambos, um acontecimento discursivo faz com que haja ruptura total do sujeito com a FD em que ele está inscrito e faz surgir uma nova forma-sujeito, inscrita igualmente em uma nova FD. Já o acontecimento enunciativo faz surgir uma nova posição-sujeito, fruto da contraidentificação do sujeito com a posição-sujeito dominante no interior da FD.

Conforme viemos afirmando, a Lei da Anistia, promulgada em 1979, durante o governo do presidente Figueiredo, caracteriza-se como um acontecimento histórico por materializar a política de abertura gradual do governo à democracia. Ainda que tenha sido outorgada no Estado de exceção, entendemos que esse fato histórico originou um *acontecimento enunciativo*, pois há a instauração de uma nova posição-sujeito dentro da FD do discurso jurídico da anistia política, que se contraidentifica com a posição-sujeito dominante da FD. Contudo, não ocorre a ruptura total com a forma-sujeito, pois se tem a continuação do Regime Militar. No entanto, o *sujeito considerado criminoso político* pode ser falado a partir de outro lugar, o de *anistiado político*. Ao entrar em vigor, a Lei materializa a instauração do sujeito citado:

“Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo[s] com estes” (BRASIL, 1979).

Ao ser concedida anistia, o *sujeito considerado criminoso político* passa a ser falado de um novo lugar, ou passa a ocupar uma nova posição, a de *sujeito anistiado*. Os fatores atrelados à instauração desse sujeito, as implicações relativas à inscrição dele em determinada posição e o discurso *sobre* o anistiado serão detalhados nas seções que seguem.

4.3 DISCURSO SOBRE: DISCURSO DE PODER

Em seu estudo sobre o discurso dos presidentes que estiveram no poder durante o Regime Militar, Indursky (2013) afirma que o *outro* do discurso presidencial pode ser representado por duas posições distintas: “a primeira apresenta um *outro* que acata plenamente todas as decisões tomadas pela revolução, condição necessária para ser enquadrado como cidadão. A segunda representa [...] um *adversário da revolução*, é um *inimigo do regime*” (INDURSKY, 2013, p. 145).

Em nossa pesquisa, podemos caracterizar o *outro* conforme a segunda modalidade descrita por Indursky, isto é, é o revolucionário (subversivo/dissidente), aquele a quem a Lei da Anistia se refere. Esse *outro* é representado inicialmente por dois sujeitos diferentes: o *sujeito anistiado* e o *sujeito não anistiado*. Em todo momento, o sujeito é falado pela lei, ou seja, temos o *discurso sobre* o sujeito, que vem do poder constituído (da Lei).

O *discurso sobre* apoia-se na memória histórica, em razão dos esquecimentos (cf. PÊCHEUX; FUCHS, 1975) a que o sujeito é submetido, e ancora-se na memória dos lugares sociais. Conforme Venturini (2009, p. 77), o *discurso sobre* “se funda em outros discursos que constituem a sua memória, a forma de referenciar o dito”. Em nossa pesquisa, percebemos que a Lei da Anistia fala sobre o sujeito anistiado, mas em nenhum momento é dada voz a esse sujeito. Por essa razão, o *discurso sobre* o anistiado o instaura e o inscreve em determinadas posições-sujeito em razão de sua determinação pelo discurso do *outro* não por seu próprio discurso.

De acordo com Venturini (2009), o sujeito que diz, ao falar, legitima seu dizer em razão do lugar de fala, isto é, para significar, investe-se do poder garantido por seu lugar e é investido desse mesmo poder para dar sentido ao seu dizer. Essa autora explica que “A legitimação decorre do movimento contraditório de valorização e desvalorização, que nega e confere relevância ao sujeito enunciador e à posição discursiva que ele ocupa na formação social” (VENTURINI, 2009, p. 77). Então, o sujeito que diz o discurso da Lei da Anistia (no caso, apontamos genericamente para o *sujeito presidente*) fala de um lugar de poder dentro da formação social republicana presidencialista, o que legitima seu discurso sobre o dissidente e o subversivo. Apenas daquele lugar de fala estes podem sofrer (ou não sofrer, como

no caso do *não anistiado*) movimentação dentro da formação ideológica militar e, conseqüentemente, dentro da formação social em que estão inseridos. Como esclarece Fiorin (1988, p. 1), “O discurso do poder tem, então, a nítida finalidade de criar uma realidade, quer que o ponto de vista instaure o objeto”; desse modo, o sujeito é inscrito em determinada posição pelo discurso do poder e, por esse mesmo discurso, pode ser deslocado para outras posições.

O *sujeito anistiado* é falado a partir da FD do discurso jurídico da anistia política, porém, antes de ser anistiado, ele segue um trajeto que o desloca da posição de criminoso para a de anistiado. Esse sujeito é instado a ocupar um lugar projetado pela FD que o instaurou, e tal local é desenhado pelo imaginário que circunda a FD do discurso jurídico da anistia política, no qual ele ocupa primeiramente o lugar de criminoso. O *sujeito presidente* que diz tem a projeção do *outro* assegurada pela legitimidade de seu discurso, em razão de seu papel na formação social em que está inserido: “A FD legitima a posição que o sujeito ocupa e permite-lhe dizer o que diz sobre algo que ele acredita conhecer e que lhe confere autoridade para dizer o que diz” (VENTURINI, 2009, p. 78). O mesmo ocorre com o *sujeito não anistiado*, que é projetado no lugar de criminoso e neste permanece.

O *discurso sobre* tem origem em “um sujeito imaginário, que, ao dizer, antecipa-se, colocando-se imaginariamente no lugar de seu interlocutor” (VENTURINI, 2009, p. 78). Ao falar, o sujeito determina a posição do *outro* em relação ao seu discurso e, por isso, cria-se um efeito de realidade sobre o qual o discurso se apoia. O *sujeito presidente*, ao conceder anistia ao sujeito punido por um crime político, coloca-o em posição de culpado por um crime político, pois, como já afirmamos, a anistia pressupõe que tenha havido crime e que o sujeito tenha sido reconhecido como criminoso. Desse modo, diante da Lei, para receber a anistia, o sujeito passa pela posição de criminoso e de culpado; recusar participar da posição designada pela FD do discurso jurídico da anistia política é permanecer à margem da lei, pois não há espaço de manobra para o *sujeito anistiado*, já que não lhe é dada voz.

Em resumo, a autorização de dizer do sujeito que diz se deve ao *discurso do poder*, que regula o *discurso sobre*, pois é legitimado pela classe dominante (a elite), que, como descreve Fiorin (1988, p. 32), a respeito do funcionamento da ideologia durante o Regime Militar, detém o poder e “tem o dever de apresentar ao povo a verdade”, já que é “dotada de competência da ordem do saber e o povo não o é”. O

que, em outras palavras, significa dizer que o discurso do poder vem da classe dominante, não do povo.

A partir do texto da Lei da Anistia, que instaura e regula os sujeitos *anistiado* e *não anistiado*, vamos proceder à análise das duas posições-sujeito de duas maneiras distintas: pela instauração das posições-sujeito e pela designação, isto é, o lugar social para onde aponta a lei da anistia. Apesar da divisão, as duas categorias de análise são complementares, entrelaçam-se e se cruzam a todo o momento.

4.4 DA INSTAURAÇÃO DO SUJEITO ANISTIADO E DO SUJEITO NÃO ANISTIADO

O *sujeito anistiado*, conforme evidenciamos nas seções anteriores, é instituído discursivamente pela Lei da Anistia, promulgada em 1979. De acordo com o que dita a referida Lei, o governo concede perdão aos considerados criminosos políticos pelos crimes de resistência às leis impostas pelo Estado durante o Regime Militar. A seguir reproduzimos o recorte mais relevante para nossa análise:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram *crimes políticos ou conexo[s]* com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º – Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os *crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política*.

§ 2º – Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de *terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal*. (BRASIL, 1979, grifo nosso).

Primeiramente, podemos verificar que a lei não se aplica a todos os que participaram da resistência ao Regime, ou seja, existem restrições à sua aplicação. Ao parafrasear os enunciados que instauram o sujeito anistiado, temos as seguintes possibilidades de asserções:

- a) É concedida anistia a todos quantos cometeram crimes políticos ou conexos com estes, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

- b) É concedida anistia a todos quantos cometeram crimes eleitorais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.
- c) É concedida anistia aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.
- d) É concedida anistia aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.
- e) É concedida anistia aos Militares, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.
- f) É concedida anistia aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

O verbo *conceder*, do modo como é utilizado no texto da lei, é bitransitivo e apresenta três argumentos: *alguém* concede *algo* a outro *alguém*. Conforme já afirmamos na seção 2.4.1, as leis são assertivas, com intenção de não deixar margem para dúvidas ou interpretações contrárias, e são escritas de modo que se apresentem como se fossem neutras e universais, como se fossem ditadas por um poder superior e abrangessem a todos. Por isso, há a utilização da voz passiva, na qual o agente da passiva não é manifesto na enumeração da lei; não há um sujeito agente que diz “eu concedo anistia”, mas apenas o sujeito paciente “*anistia* é concedida”. O mais próximo que podemos chegar de um agente desse enunciado é pela paráfrase na voz ativa: “o Estado concede anistia”. Podemos supor que o Estado se vale do formato do texto da lei, que produz o efeito de sentido de não comprometimento com a ordem do dito, o que é próprio de textos legais. Além disso, a escolha pelo verbo conceder – e não por um verbo como oferecer, por exemplo – demonstra novamente a assertividade da lei, pois produz o efeito de sentido de beneficiamento dado pelo Estado ao qual não deve haver recusa, pois não se trata de uma oferta, mas de uma concessão do Estado que provoca uma mudança de posição legal.

No esquema a seguir deixamos visível o lugar de esvaziamento do sujeito que diz, como próprio do discurso jurídico.

QUEM CONCEDE	O QUE É CONCEDIDO	A QUEM É CONCEDIDO
Ø	Anistia	→ A todos quantos cometeram crimes políticos ou conexos com estes...
		→ A todos quantos cometeram crimes eleitorais...
		→ Aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário...
		→ Aos Militares...
		→ Aos dirigentes e representantes sindicais...

De todas as determinações apresentadas, a que consta no desdobramento “a” se mostra mais saliente para nossa análise, pois faz uma classificação genérica de uma categoria de acusados, a qual não é especificada, como ocorre nas asserções subsequentes. No desdobramento “b”, é concedida anistia a um grupo não especificado (“todos quantos”), porém os crimes são definidos como “crimes eleitorais”, que, apesar da generalização, compreende-se fazerem parte do contexto de eleições de representantes políticos. Nas asserções “c” a “f”, há menção a sujeitos que não puderam exercer seus direitos políticos ou a cargos públicos de grande relevância no contexto político do Regime Militar (“servidores dos poderes Legislativo” – da elaboração das leis – “e Judiciário” – do julgamento das leis – e “militares” – da aplicação das leis) e à categoria de dirigentes e representantes sindicais. Consideramos que a predicação “punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” é relativa a todas as categorias pelo modo sintático como foi composto o texto da Lei.

Apesar da opacidade dos sentidos que circundam a expressão “crimes políticos ou conexos com estes”, pela análise das condições de produção da Lei da Anistia, pode-se afirmar que a Lei trata da resistência a um regime político como um *crime político*. Percebemos que, na primeira afirmação feita sobre a abrangência da Lei, ela apresenta efeito de amplitude total por meio da expressão “todos quantos”. Tem-se o efeito de evidência de que a Lei será irrestrita, que não excluirá nenhum dissidente/subversivo. Em seguida, no parágrafo primeiro, ainda temos a confirmação da manutenção da totalidade, pois traz como informação adicional ao caput da Lei uma explicação imprecisa do que seja considerado um *crime conexo*:

“§ 1º – Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os *crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política*.”

Esse trecho da Lei tem gerado até hoje opiniões contraditórias, pois sua formulação abre interpretação para a anistia de todos os agentes da repressão, sem exceções²⁶.

No parágrafo segundo do artigo 1º, temos a informação de que a abrangência total da concessão de anistia não se mantém, e que há restrição da Lei para certa enumeração dos crimes considerados sem perdão, os “crimes de sangue”:

“§ 2º – Excetuam-se dos benefícios da anistia *os que foram* condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.”

A expressão destacada *os que foram* encabeça uma oração adjetiva restritiva que seleciona os dissidentes que farão parte do grupo *não anistiado*. A restrição se aplica apenas a parte dos dissidentes, mas não há qualquer restrição ou menção aos agentes da repressão. Isso se verifica pelo fato de não haver registro de acusação/condenação de militares que trabalhavam para o Estado pelos crimes citados no parágrafo em questão²⁷.

Esse “enquadramento”, isto é, essa avaliação social de uma categoria de sujeitos por parte do governo instituído tem relação, na teoria em que esta pesquisa se inscreve, com o modo como esses sujeitos são discursivizados, ou, em outras palavras, com o lugar do qual são falados, com a posição a partir da qual são ditos. Trata-se, teoricamente, da noção de posição-sujeito, cunhada por Pêcheux (PÊCHEUX; FUCHS, 1975), a partir de Foucault (1969)²⁸. Pêcheux trabalha essa noção tendo em vista a luta de classes, em que a apropriação do dizer oscila desde a identificação plena do sujeito com o a *forma-sujeito do dizer* até o lugar de desidentificação. É o que o autor designa *processos de identificação*. A *posição-sujeito* relaciona-se, então, diretamente com esses processos, pois tem a ver com os diferentes modos como o sujeito (não empírico, *ser no mundo*, mas historicamente situado) identifica-se ou não com processos históricos de discursivização, além de como ele é significado historicamente.

²⁶ Ao examinarmos a designação *anistiado*, aprofundaremos a análise dessa questão.

²⁷ Conforme afirma a ADPF 153 (2008, p. 11-12): “Há os que praticaram crimes políticos, necessariamente definidos em lei, e foram processados e condenados. Mas há, também, os que cometeram delitos, cuja classificação e reconhecimento não foram feitos pelo legislador, e sim deixados à discricção do Poder Judiciário, conforme a orientação política de cada magistrado. Esses últimos criminosos não foram jamais condenados nem processados. Elas já contavam com a imunidade penal durante todo o regime de exceção. O que se quer, agora, é perpetuar essa imunidade, sem que se saiba ao certo quem são os beneficiados”.

²⁸ A noção de *posição-sujeito* deriva da noção de *função-vazia*, cunhada por Michel Foucault, na obra *Arqueologia do saber* (1969, p. 106), e definida como o espaço da função do sujeito que pode ser ocupado por diferentes sujeitos.

4.4.1 Das posições-sujeito na *forma-sujeito da lei*

Observamos que o modo como a Lei da Anistia foi discursivamente construída chamou os participantes da resistência ao Regime Militar a serem falados de dois lugares diferentes: o lugar do criminoso perdoado e o do criminoso não perdoado. Por isso, entendemos que, dentro do que caracterizamos como FD do discurso jurídico da anistia política, são instauradas inicialmente duas posições-sujeito: o *sujeito anistiado* e o *sujeito não anistiado*, as quais se relacionam com o que denominamos a *forma-sujeito da lei*. De acordo com Pêcheux (1988b), a forma-sujeito organiza o dizer dentro da FD. Dessa forma, pretendemos compreender a relação que essas duas posições-sujeito coexistentes estabelecem com a *forma-sujeito da lei* que regula os saberes da FD do discurso jurídico da anistia política.

Para iniciar, vamos retornar à lei para esclarecer quem é o sujeito *não anistiado*. Segundo o que dita a Lei da Anistia, os indivíduos que foram condenados por crimes de “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” são aqueles que não receberão a anistia e, portanto, a partir do texto da lei, podemos designá-los *não anistiados*. Isso significa que o sujeito caracterizado pelo governo militar como subversivo é inscrito no lugar de criminoso e, na FD na qual ele é instaurado, é relacionado com a *forma-sujeito da lei* pela identificação com ela, e permanece na posição de criminoso, na qual é projetado pelo sujeito que diz e da qual não sofre nenhum deslocamento. Então, podemos afirmar que o *sujeito subversivo* é falado do lugar de criminoso e mantém-se em tal posição em decorrência de ser uma projeção imaginária do que o Estado considera um criminoso político. O Estado projeta o lugar do criminoso e faz com que o sujeito que não cumpre as obrigações ditadas pelas leis ocupe tal lugar. A Lei da Anistia inscreve esses sujeitos em uma posição marginalizada, como se eles não estivessem sob o abrigo da lei.

Apesar do efeito de generalização ou homogeneização decorrente da projeção do *sujeito não anistiado* para o lugar de criminoso e sua permanência em tal lugar, a posição-sujeito *não anistiado* é atravessada também pela memória de resistência e repressão das liberdades individuais. Mais do que o próprio *sujeito anistiado*, o *sujeito não anistiado* representa, no imaginário popular que o circunda, o movimento social contra a Ditadura. A posição projetada pela memória histórica do imaginário popular ocupa lugar oposto à posição destinada para esse sujeito pela lei. Ele é falado socialmente do lugar de “herói”, alguém que deve ser anistiado,

entretanto essa posição lhe está interdita pela própria materialidade linguística que a instaurou. Em resumo, ao instituir a categoria de *não anistiados*, a Lei ressignifica a memória histórica das lutas pela democracia, que é intrínseca à própria designação *anistiado*.

Trata-se, discursivamente falando, da manifestação da contradição no interior da forma-sujeito, na medida em que os saberes da FD são questionados a partir da emergência de contradiscursos que se manifestam no corpo social e que podem, em última instância, vir a romper com saberes estabelecidos, instaurando novas ideologias e discursos, sentidos até então não pensados.

Conforme afirmado no prefácio da primeira edição da *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (BRASIL, 2009, p. 15), o sentido “mais clássico” atribuído ao perseguido político (não necessariamente anistiado) é “o cidadão violado em suas liberdades públicas e sua integridade física”. O grupo em que estão os indivíduos para quem a anistia foi interdita foi mais expressivo na luta contra a ditadura, estando sua memória mais evidenciada no imaginário popular.

4.4.1.1 A questão dos *conexos*

Percebemos que, do total de integrantes de movimentos de resistência ou mesmo de pessoas que fizeram sua resistência contra o Regime Militar de maneira individual, uma parcela foi designada como não tendo direito ao perdão do Estado, os sujeitos que ocupam a posição *não anistiado*. Na parte restante, a qual é constituída de sujeitos que ocupam a posição *anistiado*, observamos a existência de uma divisão no trato do *sujeito anistiado*. Analisemos novamente o que diz o artigo 1º da Lei da Anistia:

“Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos *ou* conexo[s] com estes,” (grifo nosso).

O conectivo *ou* segmenta a natureza do crime e, nesse caso, pode ser entendida como “tanto um quanto outro”: a anistia recai sobre o sujeito que cometeu um ou outro crime. A conjunção em questão não pode ser interpretada como uma sinonímia (x, ou seja, y), porque o termo posposto a “ou” (*conexos com estes*) busca referência no primeiro termo (crimes). Do mesmo modo, o conectivo não pode ser

considerado excludente (x ou y = se x , não y ; se y , não x), pois o segundo elemento da composição é complementado pela significação contida no primeiro. Como já afirmamos, a indeterminação cerca os sujeitos envolvidos na concessão de anistia pela Lei, e essa vagueza de sentidos nos permite identificar a instauração de duas posições-sujeito decorrentes do *sujeito anistiado*: a posição-sujeito *anistiado político* e a posição-sujeito *anistiado conexo*. Entendemos que tal divisão é possibilitada pelo fato de a redação da Lei da Anistia se propor a esclarecer o que seriam os “crimes conexos” (sem sucesso, conforme pedidos de revisão da Lei como a ADPF 153), mas, em contrapartida, considerar que o sentido de “crimes políticos” é de conhecimento de todos²⁹.

Trata-se do que Pêcheux (1988, p. 166) designou *princípio de evidência*, o fato de que o sujeito que diz, ao identificar-se com os saberes de determinada FD, momentaneamente apaga os saberes que estão constitutivamente atravessando sua formulação. E esse efeito manifesta-se em fórmulas do tipo “todo mundo sabe que...”, “é claro que...”. O sujeito universal, nesse caso, corresponde à forma-sujeito de uma formação ideológica, a qual comporta os saberes que se apresentam como o “é isso”, definido por Pêcheux em contraponto com o estranhamento diante de qualquer coisa que soe diferente, porque é materializada em um domínio de saber próprio de outra FD.

Segue novamente o parágrafo 1º do artigo 1º da referida Lei:

“§ 1º – Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os *crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.*”

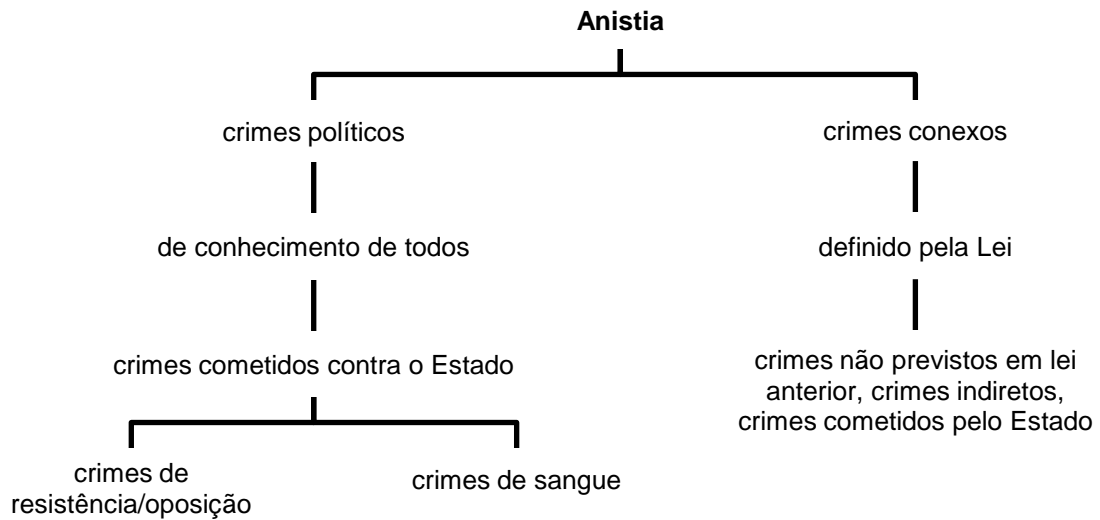
Tendo em vista que a lei separa as duas categorias criminais, compreendemos que uma não pode abranger a outra, e vice-versa. Portanto, podem estar em oposição ou paralelismo. A categoria “crimes políticos” é bastante abrangente, podendo incluir mesmo os “crimes de sangue”, considerados não passíveis de anistia pela Lei. Esse fato nos dá respaldo para afirmarmos que os crimes políticos e os crimes conexos estão em oposição por serem tratados de modo alternativo pela materialidade que os descreve.

²⁹ Por ter sido promulgada por um presidente militar, a Lei da Anistia faz parte de um corpo legislativo criado durante o Regime Militar e é, portanto, anterior ao Estado Democrático de Direito vigente. Dessa maneira, os criminosos políticos eram reconhecidos como tal com base em leis existentes que regulamentavam essa condição. Apesar de o AI-5 ter perdido sua validade em 1978 – um ano antes da promulgação da Lei da Anistia –, os indivíduos afetados pelo ato continuaram sofrendo seus efeitos até terem sido anistiados.

São de conhecimento comum episódios de prisões, interrogatórios, torturas e assassinato de pessoas consideradas pelo Governo como ameaça à ordem estabelecida ou à segurança nacional. Essas abordagens eram feitas sem que fosse necessário um mandado ou mesmo suspeitas fundamentadas em fatos. Contudo, tais situações, mesmo não tendo sido feitas por meios legais, não foram apuradas e condenadas já que estavam apoiadas no texto da Lei³⁰. Segundo a ADPF 153 (BRASIL, 2008), o fato de a Lei da Anistia inserir uma categoria de crimes de que não se tem clareza dentro do próprio jurídico, permite a interpretação que se tem até o momento de que os “crimes conexos” dizem respeito, além de a crimes não enquadrados em leis anteriores ou a indivíduos que beneficiaram os considerados criminosos, a crimes cometidos por agentes do Estado contra a resistência ao Regime Militar – reiteramos, portanto, que não se configuram como crimes contra o Estado. Como afirmamos anteriormente, é possível supor que o Estado se valeu da forma linguística como a lei é posta (voz passiva) para não se comprometer com o efeito de autoanistia gerado.

A divisão em categorias de crimes nos autoriza a dizer que os crimes políticos e crimes conexos estão dispostos em escopos diferentes, conforme demonstra o esquema a seguir.

³⁰ O texto da Lei da Anistia apoia interpretações como a seguinte: “[...] no direito moderno, a anistia não é medida voltada para uma determinada prática nem significa o seu reconhecimento como legítimo, mas é ato soberano que não pede nenhuma justificação condicional à autoridade que a concede, porque não visa a outro interesse senão o interesse soberano da própria sociedade. Nesse sentido, não está submetida a ponderações entre a dignidade ofendida do torturado e o ato degradante do torturador. [...]” (BRASIL, 2008, p. 4).



Com base no que foi apresentado, afirmamos que o *sujeito anistiado* é falado a partir de dois lugares distintos: o lugar de criminoso político e o lugar de agente repressor³¹. Apesar de a anistia significar inicialmente “perdão concedido a um crime cometido contra o Estado”, o agente repressor, que cometeu crimes contra a sociedade, é anistiado por meio do efeito de sentido produzido pelo texto legal. Ao designar os indivíduos que cometeram crimes políticos e os que cometeram crimes conexos como *anistiados políticos*, como o faz a Lei da Anistia, as diferenças entre eles são anuladas e silenciadas; portanto, nesse caso, vítima e algoz são colocados na mesma categoria.

4.4.2 A designação *anistiado*: o lugar do sujeito

Compreendemos que as designações *anistiado* e *não anistiado* são decorrentes do efeito de interpretação da Lei da Anistia, pois esta não designa diretamente os sujeitos dessa maneira. No entanto, além dessa, há outras designações que igualmente não são ditas pela Lei, mas surgem de sua interpretação como efeito de pré-construído – construção anterior, exterior e independente.

³¹ Apesar de ser uma categoria composta por diversos grupos de acusados, privilegiamos o entendimento do lugar de *criminoso conexo* como sendo ocupado por agentes do Estado.

Segundo Guimarães (2005), é preciso definir o termo *designação* em oposição a outros termos que comumente são utilizados como sinônimos – *nomeação, referência, denotação*. *Nomear* é atribuir um nome a algo. *Referir-se* é particularizar algo “na e pela enunciação”, é determinar, predicar – o mesmo vale para *denotar* (GUIMARÃES, 2005, p. 9). Conforme explica este autor, a designação produz sentido a partir da sua inserção no contexto de produção do discurso. O processo de deriva de sentidos ocorre a partir de gestos de leitura.

Designar indica um modo específico de significação de uma palavra em uma relação linguística com o real. A designação atribui sentidos e estabelece o lugar do sujeito. Ao designar, apagam-se outras formas de referência, excluem-se outros significados, silenciam-se outros sentidos possíveis. Como afirma Dresch (2007, p. 44), “As designações cumprem a função de determinar os lugares sociais, diga-se, historicamente marcados, e emitir juízos acerca das condutas relatadas”. Desse modo, ao designar um *sujeito anistiado*, ele é colocado num lugar social específico de onde é falado.

Em sua rede de sentidos, a designação *anistiado* traz muitos dizeres que estão imbricados na memória discursiva. Compreende-se que a historicidade que atravessa a constituição do sujeito comporta vários dizeres outros que promovem efeitos de sentido em seu dizer. Como o *sujeito anistiado* é dito (não diz), o sentido da designação *anistiado* depende da posição de que o sujeito é falado e da formação discursiva em que ele está inscrito, pois, como explica Indursky (1999, p. 175), “a designação é determinada pelo imaginário dos sujeitos sociais envolvidos”. Conforme afirmamos, ele é inscrito na FD do discurso jurídico da anistia política e os sentidos que sobre ele se produzem estão intrincados na rede de sentidos da formação ideológica militar. O sujeito (presidente) que diz a Lei da Anistia inscreve esse sujeito em um lugar de criminoso (que cometeu crime político ou conexo) para só então chamá-lo a ocupar o lugar de anistiado. No caso do sujeito não anistiado, ele é inscrito no lugar de criminoso para ser reafirmado nesse lugar pela Lei.

De modo imbricado à memória de perdão, a designação *anistiado* evoca a memória de condenação. Ao ser instaurado, o *sujeito anistiado* é projetado na posição de quem cometeu crimes políticos ou conexos e é reconhecido dessa maneira para que possa ser deslocado para a posição de perdoado. Podemos afirmar que essa condição necessária para anistia (de ter cometido crime) não é

superada pela promulgação da Lei da Anistia. A “reconciliação” pretendida pelo governo com a sociedade é proposta por meio do apagamento da possibilidade de punição do crime (de ambos os lados). “Todos quantos” cometeram crimes políticos ou crimes conexos são colocados dentro de um grupo homogêneo e tipificados como *anistiados*. Entendemos que, apesar de todas as mudanças constitucionais e políticas – que caracterizam condições diferentes de produção do discurso –, essa “homogeneidade” permanece, já que os crimes conexos não foram até hoje esclarecidos. Todos são ainda considerados ex-criminosos perdoados pelo Estado.

O perdão do Estado implica o reconhecimento discursivo do sujeito como criminoso³² e mais profundamente a assunção da culpa por parte desse sujeito. Para requerer qualquer benefício gerado pela Lei da Anistia, ou mesmo para sair do exílio e retornar ao país, a condição era o sujeito passar por órgãos legais responsáveis pela verificação de enquadramento na posição de anistiado (com base no que diz o texto da Lei). Ora, a consequência disso é o assumir-se como criminoso, ainda que não julgue sê-lo de fato, porque essa é, nesse contexto, a condição *sine qua non* para a obtenção do perdão de parte do Estado.

Por meio desse “enquadramento” do sujeito anistiado político, vemos o funcionamento do que Orlandi (2007) denominou *silêncio local*, isto é, o sujeito chamado a falar de um lugar com o qual não se identifica (criminoso) e tendo interdito o lugar com que se identifica (vítima, cidadão). Essa interdição do lugar de vítima ao anistiado afeta sua identidade social.

4.5 O EQUÍVOCO NA LEI DA ANISTIA

Após a exposição sobre a instauração dos sujeitos *anistiado* e *não anistiado*, suas diferentes posições-sujeito e sua inscrição na FD do discurso jurídico da anistia política a partir de diferentes posições, vamos, com base nas afirmações feitas, observar as relações estabelecidas entre o texto da lei, a instauração dos sujeitos e a interpretação jurídica que questiona a abrangência e a validade da referida lei.

³² Aqui não está em questão o processo jurídico que coloca o indivíduo na posição de criminoso culpado. Apesar de os agentes do Estado terem recebido o perdão, não foram acusados e julgados judicialmente na época.

Como afirmamos anteriormente, a Lei da Anistia (1979) foi proposta para perdoar atos de resistência ao Regime Ditatorial, referidos como *crimes políticos*, com vistas a criar uma atmosfera de reconciliação entre o Estado e a população. Contudo, ela não atendeu prontamente o pedido da sociedade por uma anistia ampla, geral e irrestrita, além de trazer embutido em seu discurso o efeito de sentido de reciprocidade do perdão. Analisamos o aspecto recíproco da Lei considerando a compreensão do que é interpretado pelos requerentes da ADPF 153 como efeito de *autoanistia*.

Antes de 1979, o Brasil teve outro processo importante de anistia de presos e/ou condenados políticos em 1945, na Era Vargas. Nessa época foi concedida anistia a crimes políticos e crimes conexos, estes sendo definidos como “crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional” (RODEGHERO, 2014, p. 182). Conforme afirma Rodeghero (2014, p. 183-184), não havia nessa época a associação de crime conexo à reciprocidade do perdão ou à autoanistia. O entendimento sobre crime conexo estava igualmente ligado àqueles a quem a anistia se destinava originalmente. O efeito de sentido amplificador de *crime conexo* ocorreu com novas condições de produção do discurso da anistia:

O que parece ter acontecido em 1979 foi que os formuladores do projeto de anistia perceberam o potencial conciliador da medida, o reconhecimento da existência de uma tradição de anistias como forma de pacificação dos conflitos e, ainda, a possibilidade de explorar a dimensão de esquecimento. [...] Ao se apropriarem da expressão “anistia aos crimes conexos”, e ao lhe darem um sentido diverso daquele de anistias anteriores, tentaram proteger o Estado e seus agentes de uma culpabilização que, naquele momento, em contraste com 1945, já era possível e demandada (RODEGHERO, 2014, p. 185).

Essa interpretação é possível em razão do *equívoco*, da deriva de sentidos a que o discurso está submetido, noção apresentada por Pêcheux (1988a) e trazida neste trabalho na seção 2.3. Conforme afirma Pêcheux (1988a, p. 53), não é possível escapar do equívoco, pois “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”.

A proposta de revisão da Lei da Anistia elaborada em 2008 pela OAB, a ADPF 153, apresenta a controvérsia discursiva na interpretação do texto da Lei da Anistia por meio de afirmações que se opõem em relação aos efeitos de sentidos

produzidos³³. Segundo a ADPF 153, a autoanistia é uma ação ilegal, pois os agentes de Estado já gozavam de imunidade política quando estavam em plena atividade. Isso quer dizer que as ações praticadas por tais agentes não podem ser consideradas em princípio um crime contra a pátria que poderia ser beneficiário de anistia.

Observamos que no texto da Lei da Anistia são utilizadas sentenças relativas com expressões como “todos quantos” e “os que”, as quais remetem a uma relação determinativa de a quem deve ser concedida a anistia. No entanto, esse efeito de saturação se esvazia e dá lugar à indeterminação, na medida em que esses sintagmas vagos possibilitam abrigar sob seu escopo quaisquer sujeitos que possam daí ser falados a partir dos lugares aí descritos. E isso ocorre em um processo que, pode-se dizer, é de “captura” histórica do sujeito, ao se ver “amarrado” aos ditames da lei. Conforme afirma Pêcheux (1988b, p. 97), “o próprio da estrutura sintática aquele que.../ o que... é autorizar, em certas condições lexicais (modos, tempos, artigos, etc.), uma espécie de *esvaziamento do objeto a partir da função*” (grifo do autor), o que significa dizer que esse tipo de construção abre espaço para o indeterminado, porque não remete a um elemento anterior, presente no enunciado, mas à exterioridade, portanto à ordem do discurso. Pêcheux (1988b, p. 97) continua: “esse fenômeno de indeterminação (ou de não saturação) se encontra tanto no discurso do aparelho jurídico (*‘Aquele que causar algum prejuízo para alguém deve repará-lo’*) como no funcionamento ‘cotidiano’ das noções gerais [...] e no funcionamento (científico)” (grifos do autor). Retornemos a um trecho do texto da lei ora em análise, para exemplificar a (in)determinação que funciona nesse discurso:

- a) É concedida anistia a todos quantos cometeram crimes políticos ou conexos com estes.

O efeito de determinação da lei em questão gera inicialmente o preenchimento desse “lugar” de anistiado por aqueles que, como a lei informa, “cometeram crimes políticos ou conexos com estes”, o que nos autoriza a dizer que apenas os considerados *criminosos* podem preencher o “lugar” de anistiados. Logo:

³³ Na ADPF 153 há depoimentos favoráveis e contrários a certas medidas legais baseados em interpretações diferentes da mesma lei. Sobre o fato de a tortura ser considerado crime contra a humanidade, por exemplo, é afirmado por um jurista que “crimes de tortura não são políticos, portanto não prescreveram” e por outro que “anistiar torturadores [...] não significa violar a constituição nem os tratados internacionais que prescrevem a tortura como um crime contra a humanidade”.

- b) É concedida anistia a todos os criminosos políticos ou criminosos conexos.

Em outras palavras, o mesmo lugar pode ser preenchido por argumentos vindos de lugares controversos. É onde se instala o *equívoco*: o discurso da Lei retira o sujeito do lugar de criminoso para inseri-lo no lugar de anistiado. Contudo, o agente de Estado sai do lugar de instrumento da lei para ser inserido igualmente no lugar de anistiado. Essa situação demonstra que o texto da Lei da Anistia gera um grande paradoxo dentro da própria lei: como é possível conceder anistia (perdão do Estado) ao mesmo tempo e pela mesma materialidade a um indivíduo que cometeu um crime contra a pátria e a um indivíduo que, agindo a mando do Estado, cometeu um crime contra a sociedade (ou contra a humanidade)? Ou, ainda, em outras palavras, conceder anistia a um crime contra o Estado e a um crime em nome do Estado? Pode a Lei da Anistia anistiar ao mesmo tempo um grupo de indivíduos que eram considerados “contra a lei” e outro grupo de indivíduos que eram considerados “a lei”? Em outro termos, cabe ao Estado tenha poder para anistiar um sujeito que cometeu um crime contra a humanidade?

5 O JOGO ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO/SILENCIAMENTO

5.1 A ANISTIA ANTERIOR AO REGIME MILITAR

A Lei 6683/1979 foi tratada neste trabalho como “a” Lei da Anistia. Isso tem razão de ser, posto que é a lei que regulamenta a anistia de considerados criminosos políticos e conexos de um regime de exceção que está muito próximo de nossa sociedade atual e ainda causa descontentamento e revolta. No entanto, em 1945, houve a promulgação do Decreto-Lei 7.474/1945, que concedeu anistia a considerados criminosos políticos, outorgado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. Considerando a proximidade dos sentidos produzidos por esses discursos, entendemos ser produtivo abordar essas duas leis em nossas considerações finais, para efeito de comparação entre os dois momentos da história do Brasil República em que se fez necessário o que consideramos um “recuo” do governo para reestabelecer os direitos políticos de cidadãos considerados criminosos por se oporem ao governo vigente ou por defender ideias contrárias à forma de governar.

Entre as duas leis decretadas, há diversas diferenças além das questões políticas envolvidas, pois as condições de produção de ambos os discursos são igualmente diversos. Atentaremos para duas delas, que consideramos suficientes para expor questões mais profundas relacionadas ao impacto que ambas tiveram na sociedade. Tendo isso em vista, faremos uma breve contextualização das condições de produção da Lei promulgada por Vargas em 1945.

Segundo o historiador Fausto (1999), em 1935, o governo Vargas³⁴ propôs ao Congresso uma Lei de Segurança Nacional. No entanto, por considerar que essa medida poderia aumentar a repressão às classes populares, o Congresso substituiu a proposta por uma lei que previa como crimes contra a ordem política e social:

a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivos de

³⁴ Getúlio Vargas, eleito Presidente da República pela Assembleia Constituinte em 1934, manteve-se no poder por meio de um Golpe de Estado em 1937, alegando que havia no país uma “ameaça comunista” (FAUSTO, 1999, p. 355-359).

subverter a ordem política ou social, por meios não permitidos em lei (FAUSTO, 1999, p. 359).

Essa lei é um exemplo entre outras que regulamentaram a subversão ou oposição ao governo como crimes punidos com prisão e sujeitos a julgamento. Alguns anos depois, quase no fim o Estado Novo, em 18 de abril de 1945, Vargas outorgou o Decreto-Lei 7.474, que concedeu anistia àqueles que cometeram crimes políticos ou conexos. Conforme explica Fausto (1999), a saída de Vargas do poder não foi motivada por uma necessidade de modificar o regime de governo ou pelo pedido popular (ao contrário, a popularidade de Vargas era bastante considerável), mas sim por força da oposição, fato que vamos retomar mais adiante.

Partindo para a observação do discurso da Lei 7.474/1945 (BRASIL, 1945), seu artigo 1º é semelhante ao artigo 1º da Lei 6.683/1979, porém consideravelmente mais sucinto:

“Art. 1º É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste decreto-lei.”

Observamos que o escopo da lei recai sobre *crimes políticos*, sem se referir a quaisquer outros crimes. No parágrafo 1º desse artigo, é feita uma referência indireta a crimes conexos:

“§ 1º Não se compreendem nesta anistia os crimes comuns não conexos com os políticos, nem crimes praticados em tempos de guerra, contra a segurança do Estado [...]”

E no parágrafo 2º são especificados os crimes englobados na categoria *conexo*:

“§ 2º Consideram-se conexos para efeitos deste artigo os crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional.”

Percebemos que a definição de crimes conexos causa o efeito de sentido de abrangência relativamente limitada de certa categoria de crimes, já que agrupa crimes comuns cometidos com finalidade política e que foram julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Apesar de a definição delimitar a categoria, os crimes que desta fazem parte são indeterminados, pois dependem da interpretação dos órgãos responsáveis para ser cabível a aplicação da Lei. Ao olharmos para a definição de conexos apresentada pela Lei 6.683/1979, “crimes de qualquer natureza

relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, como expusemos neste trabalho, o escopo é bastante amplo, e a vagueza de sentidos motiva questionamentos sobre a abrangência da lei até atualmente, mais de 30 anos depois de sua promulgação.

Outra questão que nos chamou a atenção em ambas as leis é o modo como são tratados os trâmites para a reintegração do anistiado à sociedade. A Lei 7.474/1945 reserva dois breves artigos para explicitar como deve ser tratada essa questão:

Art. 2º A reversão dos militares, beneficiados por esta lei, aos seus postos ficará dependente de parecer de uma ou mais comissões militares, de nomeação do Presidente da República.

Art. 3º Os funcionários civis poderão ser aproveitados nos mesmos cargos semelhantes, à medida que ocorrerem vagas e mediante revisão oportuna de cada caso, procedida por uma ou mais comissões especiais de nomeação do Presidente da República.

É possível afirmarmos que não há garantias de que o anistiado conseguirá retornar às funções de que foi afastado. Observamos isso no trecho (adaptado) “a reversão aos postos ficará dependente de parecer”, cujo efeito de sentido é de que o retorno independe da vontade do anistiado. O mesmo ocorre em “os funcionários civis poderão ser aproveitados nos mesmos cargos”, que revela também a incerteza do retorno.

Ao observamos o texto da Lei 6.683/1979, em relação à reintegração do anistiado, diferentemente do que ocorre na Lei de 1945, a possibilidade de retorno às atividades é ancorada na vontade do anistiado:

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados poderão [...] requerer seu retorno ou reversão ao serviço ativo.

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo [...] [está] condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da administração.

A forma verbal *poderão*, utilizada em ambas as leis, mostra a voz passiva na lei de 1945, que retira do anistiado a decisão de retornar ao cargo, e a voz ativa na lei de 1979, que proporciona ao anistiado a escolha de reintegrar-se ou não – mesmo condicionado à existência de vagas.

As duas diferenças apresentadas, quanto à definição de crimes conexos e quanto à reintegração social do anistiado, nos levaram ao que consideramos a maior

divisão que há entre as duas leis. A Lei de Vargas tinha como motivação estabelecer uma pacificação com a sociedade, tendo em vista os rumos que o mundo estava tomando, com a perspectiva do fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota da Alemanha nazista, porém sem que isso interferisse diretamente em seu governo (FAUSTO, 1999, p. 385-389). Já a Lei de Figueiredo foi motivada pela decadência do Regime Militar e pela crise econômica que se anunciava, como promessa de uma abertura política reconciliadora (NAPOLITANO, 2014).

A anistia de Vargas equivale à definição de *anistia* trazida neste trabalho, “perdão oferecido pelo Estado a um crime cometido contra o próprio Estado”. Esse ato de perdoar não é necessariamente um reconhecimento de culpa por parte do Estado, portanto não obriga este a recompensar o anistiado por qualquer mal que a condição de criminoso possa tê-lo causado. Posteriormente à Lei 7.474/1945, não houve sua reafirmação ou qualquer outra regulamentação da condição de anistiado, nem mesmo na Constituição Federal de 1946, informação que nos autoriza a supor que o *esquecimento* proposto pela ideia de *anistia* foi alcançado.

O que observamos na anistia de Figueiredo foi uma tentativa de reconciliação com a sociedade diante da iminência de queda da Ditadura Militar. Se no lugar de uma transição pacífica de um regime de exceção para o Estado Democrático de Direito tivéssemos passado pela justiça de transição, haveria o julgamento e a punição de todos os responsáveis pelos crimes cometidos contra a sociedade. Contudo, o que podemos verificar ainda atualmente é a interpretação da Lei 6.683/1979 como abrangendo governo e sociedade, como um perdão generalizado. A referida lei foi reafirmada pela Constituição de 1988, e a condição de anistiado, regulamentada pela Lei 10.559/2002, que prevê casos não omissos na lei anterior e indenizações aos anistiados (de ambos os lados) e seus familiares. Contraditoriamente, a anistia passou a ser entendida como uma reparação às vítimas do Regime.

A anistia de 1979 prevê o esquecimento dos crimes cometidos por ambos os lados, o silenciamento das vítimas de violações dos Direitos Humanos e a indenização dos sobreviventes e familiares, como um prêmio pela participação ativa no Regime Militar.

5.2 O QUE AINDA RESTA DA LEI DA ANISTIA

A Lei 6.683/1979, Lei da Anistia, mantém-se, além dos motivos jurídicos implicados em sua manutenção, pela repetição de sua verdade. O fato de ela ter sido afirmada em 1979 e reafirmada na Constituição de 1988 e na Lei 10.559/2002 faz com que se crie em torno dela certa estabilização de sentido, como se nada tivesse necessidade de revisão. Como explica Laggazzi (1988, p. 24), “Essa necessidade de reconhecimento social dificulta o surgimento do novo, do revolucionário, e assim a ordem vigente se vê assegurada”. O efeito de sentido de autoanistia se mantém por questões como as levantadas pela ADPF 153 (BRASIL, 2008, p. 3-4), reproduzidas na fala de reconhecidos juristas brasileiros: “é assunto superado”; “A Lei da Anistia é peremptória e estabelece um esquecimento, um perdão para os dois lados”; “Mexer com uma coisa dessas pode gerar uma bola de neve”; “[a anistia] não está submetida a ponderações entre a dignidade ofendida do torturado e o ato degradante do torturador”, entre tantas outras que revelam que há uma parcela da sociedade que se coloca a favor da manutenção das interpretações dadas ao texto da Lei, mesmo com todos os esclarecimentos posteriores à sua promulgação.

Como um paralelo a essa “defesa” do *esquecimento* como solução para tudo o que não está escrito na Lei da Anistia (que está silenciado), apresentamos um dizer de Paolo Rossi (2010, p. 33), que faz uma síntese do que significaram os apagamentos no século passado:

Creio que todos temos diante dos olhos célebres fotografias de grupos políticos em que um personagem caído em desgraça foi, com maior ou menor habilidade, apagado do grupo, na tentativa de eliminá-lo da história depois de ter sido eliminado moralmente e, na maioria dos casos, também fisicamente. A história do século XX, conforme bem sabemos também quando tentamos esquecê-lo, está cheia de censuras, apagamentos, ocultações, sumiços, condenações, retratações públicas e confissões de inúmeras traições, além de declarações de culpa e de vergonha. Obras inteiras de história foram reescritas, apagando os nomes dos heróis de um período; catálogos editoriais foram mutilados, assim como foram publicados livros com conclusões diferentes das originais, passagens foram retiradas, textos foram montados em antologias numa ordem favorável a documentar filiações ideais inexistentes e ortodoxias políticas imaginárias.

O autor ainda faz uma breve descrição que caberia também à realidade da história política brasileira: “Primeiro, foram eliminados inúmeros seres humanos,

depois, tentaram apagar os apagamentos, negar os fatos, obstaculizar a reconstrução dos eventos, vetar a contagem das vítimas, impedir a lembrança” (ROSSI, 2010, p. 33). Hoje sabemos que vários fatos jamais poderão ser verificados em virtude da destruição de documentos, do sumiço de corpos e da negação da memória. A Ditadura Militar chegou ao fim tentando silenciar os fatos e produzir (sem sucesso) uma amnésia coletiva.

A instituição de uma Comissão Nacional da Verdade pelo governo atual tem a intenção de apurar os crimes cometidos contra os Direitos Humanos no período da Ditadura Militar, com a finalidade de revelar os fatos apagados, negados e obstaculizados, que até atualmente não puderam emergir. A Comissão rediscute a condição dos sujeitos, culpabilizando sem imputar pena, pois diversos crimes já estão prescritos segundo as leis brasileiras vigentes. Essa é uma maneira de manter viva a memória das vítimas de um regime de exceção para que na história da política brasileira não haja repetição de atos violentos contra a própria sociedade.

5.3 O QUE AINDA RESTA DO ANISTIADO

Considerando nossas análises, podemos afirmar que ainda hoje o *anistiado político* carrega a designação *criminoso* em sua condição social. Não se percebe deslocamento para produzir novos sentidos para esse sujeito, apesar das diversas discussões sobre o Regime Militar e de seu reconhecimento como uma forma de governo ilegítima. A manutenção da situação de anistiado implica que seus atos ainda sejam vistos como crimes cometidos.

De outro lado, mesmo que a Lei da Anistia tenha sido criada para perdoar atos de resistência ao regime ditatorial – para que fosse possível a reintegração dos direitos dos presos e acusados de crimes políticos –, de modo contraditório, perdoou os agentes da repressão, que impuseram ordens e cometeram tantos atos violentos contra a sociedade. Por isso, as reavaliações de processos judiciais e o reconhecimento de culpa por parte do Estado, mesmo que tardio, são uma maneira de compensar a impunidade e restituir a dignidade às vítimas, contribuindo para a reparação – por menor que seja – dos crimes praticados. Esse é um passo muito importante no avanço da política do Brasil, para que a interdição, largamente

materializada em práticas repressivas, não perpassasse também o domínio da reconstituição da memória histórica.

O acontecimento histórico da promulgação da Lei da Anistia instaura a posição-sujeito *anistiado político*. Entretanto, o acontecimento do pedido de revisão da Lei tenta promover modificações no interior da posição-sujeito, desmembrando-a em duas categorias: responsáveis por crimes políticos e responsáveis por crimes conexos.

As transformações históricas sofridas por diversos grupos políticos da época do regime de exceção são hoje vistas como movimentos de memória provocados por novas condições de produção do discurso. Entendemos que a formação ideológica dominante no período do regime militar passou por modificações em decorrência do jogo de forças entre os grupos políticos. Destacamos o exemplo da atual Presidente da República, Dilma Rousseff, que ocupa a posição-sujeito presidente³⁵, que difere ideologicamente da posição-sujeito presidente da formação ideológica militar, contra a qual a atual presidente se posicionou durante a Ditadura Militar. Verificamos que a posição de que enuncia o sujeito-presidente é oposta em relação à sua posição anterior (oposição à Ditadura Militar); além disso, o governo atual, com a Comissão Nacional da Verdade, está se propondo a uma reconciliação com a história e com a sociedade. Esse reconhecimento de responsabilidade por parte do Estado é uma maneira de combater a impunidade e restituir a dignidade às vítimas, contribuindo para a reparação (por menor que seja) dos crimes praticados. Esse é um passo muito importante no avanço da política do Brasil, para que a história não seja um interdito.

³⁵ Considera-se aqui o sujeito-presidente em dois contextos: de instauração da ditadura no país e da abertura política a partir da promulgação da Lei da Anistia. Conforme afirma Guimarães (2005, p. 29-30), o sujeito-presidente enuncia de um lugar socialmente estabelecido, do qual está autorizado a outorgar leis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar as análises observadas nesta pesquisa, propomos um momento de reflexão sobre os pontos mais importantes salientados neste trabalho. Desde o início, nossa proposta foi analisar como, a partir da Lei da Anistia de 1979, constituem-se discursivamente o *sujeito anistiado* e o *sujeito não anistiado*. Além disso, procuramos demonstrar que no escopo do *sujeito anistiado* há posições diferentes e divergentes em relação ao modo como são estabelecidas: *anistiado político* e *anistiado conexo*. Como destacamos em vários pontos da pesquisa, o *sujeito anistiado* e o *sujeito não anistiado* não são sujeitos que dizem, isto é, são o tempo todo falados a partir da FD do discurso jurídico da anistia política.

Os sujeitos em questão, *anistiado* e *não anistiado*, relacionam-se de maneira diferente com a *forma-sujeito da lei*, que regula o dizer dentro da FD do discurso jurídico da anistia política. O *sujeito anistiado* se contraiidentifica com a *forma-sujeito da lei* e, no momento de sua instauração, rompe com a posição de criminoso, instaurando a *posição-sujeito anistiado*, sem romper com a FD em que está inserido, o que faz com que a promulgação da Lei da Anistia possa ser considerada um *acontecimento enunciativo*.

Conforme afirma a Lei da Anistia, é concedida anistia a todos quantos “cometeram crimes políticos ou conexo[s] com estes”. Porém, ao se propor a diferenciar a natureza de *crimes políticos* e *crimes conexos*, tratando estes como “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, a Lei também divide o *sujeito anistiado* em duas posições-sujeito: *anistiado político* e *anistiado conexo*. Neste ponto, observamos a instalação do *equivoco* na Lei da Anistia, pois há o deslizamento do sentido de “anistia” para além daquele que cometeu crime contra o Estado, estendendo-se àquele que agiu como instrumento do Estado durante a Ditadura Militar.

O *sujeito não anistiado*, por sua vez, ao ser instaurado, é falado pela FD do discurso jurídico da anistia política e se relaciona com a *forma-sujeito da lei* pela identificação com ela, sendo colocado no lugar de criminoso e nele permanecendo.

No decorrer das análises, pudemos observar como os conflitos gerados pelas posições-sujeito das quais os sujeitos são falados se configuram no discurso jurídico da anistia política. Primeiramente, em relação ao *sujeito não anistiado*, há pelo menos duas formações discursivas das quais ele é falado, que se contradizem

em razão das formações imaginárias que são feitas em relação a esse sujeito: segundo a FD do discurso jurídico da anistia política, o *não anistiado* é aquele que participou da resistência armada e/ou cometeu “crimes de sangue” e que, portanto, configura-se como um sujeito à margem da Lei, ou como aquele que não tem direito de receber o perdão do Estado. Contudo, segundo o *imaginário popular* atribuído a esse sujeito, ele é o herói brasileiro, que lutou bravamente contra a Ditadura Militar, e aquele que seria o principal alvo da Lei da Anistia, para quem a Lei teria sido instituída.

O lugar do *sujeito anistiado*, além de ser preenchido por várias categorias de indivíduos punidos pela infração de atos institucionais e complementares, contempla aqueles que se negaram a aceitar o Regime Militar e participaram de práticas de resistência. Uma segunda categoria de indivíduos foi chamada a ocupar o lugar de anistiado: aqueles considerados *criminosos conexos*. Apesar de esse grupo ser também heterogêneo, privilegiamos o debate sobre a inclusão nesse grupo de agentes de Estado em detrimento dos que foram incluídos nessa categoria em razão de supostamente cometerem crimes não descritos em leis anteriores ou considerados criminosos indiretos (por ajudarem de alguma maneira os que se opuseram ao Regime Militar).

O sentido de *anistia* como perdão concedido pelo Estado a um indivíduo que cometeu um crime contra o Estado não é aplicado a todo *sujeito anistiado conexo*. Os agentes de Estado, apesar de terem recebido a anistia, não foram acusados ou condenados por crimes contra o Estado, o que gera o *equívoco*, a deriva do sentido de *anistia*. Instala-se, então, o paradoxo na Lei: o considerado criminoso sai dessa posição para ser falado do lugar de anistiado, e o agente de Estado sai dessa posição para ser falado igualmente como anistiado. Nesse caso, podemos afirmar que a Lei da Anistia não considerou todos os anistiados igualmente, tendo em vista que os agentes de Estado, que cometeram crimes contra a sociedade e infringiram os direitos humanos, não reconheceram seus crimes, muito menos foram considerados criminosos.

Mesmo com a extensão da Lei aos agentes do Estado, que não se enquadram no que se consideram indivíduos com características específicas para serem anistiados, a lei foi reafirmada na Constituição Federal de 1988. Continua ressoando na FD do discurso militar da anistia política que o *anistiado político* e o *não anistiado* foram considerados criminosos e que o perdão foi ofertado aos

primeiros e negado aos últimos, em decorrência da natureza dos crimes de que foram acusados.

A Lei da Anistia se mantém, além de pelos motivos jurídicos implicados em sua manutenção, pela repetição de sua verdade. Observamos que há em torno da Lei uma estabilização de sentidos decorrente de sua reafirmação em leis posteriores e pela falta de espaço para mudanças linguísticas que possam “desfazer” a sua extensão a crimes cometidos pelo Estado. Além disso, percebemos que a Lei também é vista como o esquecimento necessário para que se mantenha a ordem vigente. Reiterando, apesar de todos os movimentos atuais em favor da ressignificação do *anistiado*, ele permanece tendo o mesmo percurso cumprido: acusado, criminoso e perdoado.

Ao compararmos a Lei da Anistia proposta por Vargas e a lei proposta por Figueiredo, é possível afirmar que houve um cuidado para que a anistia de 1979 também cobrisse aqueles que pudessem ser julgados com o fim da Ditadura, manobra escondida sob a proposta de reconciliação do Estado com a população e de uma transição pacífica para a democracia.

Apesar de a anistia significar inicialmente “perdão concedido a um crime cometido contra o Estado”, o agente repressor, que cometeu crimes contra a sociedade, é anistiado por meio do efeito de sentido produzido pelo texto legal. Ainda permanece a pergunta: cabe ao Estado anistiar um sujeito que cometeu crimes contra a humanidade? Não cabe a nós a resposta.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, D. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ARAÚJO, E. F. et al. Justiça transicional e a repressão no campesinato nordestino brasileiro. In: MEYER, E. P. N.; OLIVEIRA, M. A. C. (Org.) *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014.

BARTHES, R. [1978]. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei 6.683*, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, 1979.

_____. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Casa Civil. *Lei 9.868*, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Brasília: Casa Civil, 1999.

_____. Casa Civil. *Os presidentes e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Publicação eletrônica.

_____. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília: Ministério da Justiça, ano 1, v. 1, jan./jun. 2009.

_____. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Conselho Federal. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153*. Brasília, 2008. Disponível em: <>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de Preceito Fundamental 153*. Acórdão. Brasília, 2010.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Acre. *Princípio da Legalidade e o Princípio da Segurança Jurídica nos atos administrativos*. Disponível em: <<http://www.tce.ac.gov.br/portal/index.php/artigos/104-principio-da-legalidade-e-o-principio-da-seguranca-juridica-nos-atos-administrativos>>. Acesso em: 3 maio 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Quem pode apresentar projetos? *Portal da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/processo-legislativo/fluxo/plTramitacao/conteudoFluxo/01.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015a.

_____. Governo Federal. Atos Institucionais. *Portal da Legislação*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 16 fev. 2015b.

_____. Governo Federal. *Biblioteca da Presidência da República*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>>. Acesso em: 26 maio 2015c.

_____. Supremo Tribunal Federal. Glossário Jurídico. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). *STF – Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=124>>. Acesso em: 8 abr. 2015d.

_____. Supremo Tribunal Federal. Glossário Jurídico. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). *STF – Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=481>>. Acesso em: 8 abr. 2015e.

CAZARIN, E. A. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

COURTINE, J.-J. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010.

DRESCH, Márcia. *A voz que nos incomoda – um estudo sobre o discurso do réu*. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 1999. (Didática, 1.)

FIORIN, J. L. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988. (Série Lendo.)

FOUCAULT, M. [1969]. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

INDURSKY, F. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

_____. A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M. do C. (Org.). *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

_____. A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação. Anais do XV Encontro da Anpoll de 2000. Porto Alegre, 2002.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon*, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

LE GOFF, J. *História & Memória*. 7. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

LE MOS, R. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez 2002, p. 287-313.

NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NÚCLEO MEMÓRIA. A comissão da verdade no Brasil: por que, o que é, o que temos que fazer. São Paulo, jun. 2011. Cartilha. Disponível em: <[http://nucleomemoria.org.br/imagens/banco/files/documentos/cartilha_web_\(capa-miolo\)_sd.pdf](http://nucleomemoria.org.br/imagens/banco/files/documentos/cartilha_web_(capa-miolo)_sd.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2012.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010a.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.) *Discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010b.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. Ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. [1988a]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. [1988b]. *Semântica e discurso*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. [1969]. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PETRI, M. J. C. *Manual de linguagem jurídica*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REMÍGIO, R. F. C. Democracia e anistia política: rompendo como a cultura do silêncio, possibilitando uma justiça de transição. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília: Ministério da Justiça, ano 1, v. 1, jan./jun. 2009.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODEGUERO, C. S. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROSSI, P. *O passado, a memória, o esquecimento*: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SILVA FILHO, J. C. M. Memória e reconciliação nacional: o impasse da anistia na inacabada transição democrática brasileira. In: PAYNE L. A.; ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. (Org.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University/Latin American Centre, 2011.

VENTURINI, M. C. *Imaginário urbano*: espaço de rememoração/comemoração. Passo fundo: Universidade de Passo fundo, 2009.

WEICHERT, Marlon Alberto. A Comissão Nacional da Verdade. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; TORELLY, Marcelo Dalmás; ABRAO, Paulo (Org.). *Justiça de transição nas Américas*: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação. Belo Horizonte: Fórum, 2013. v. 2.

ZOPPI FONTANA, M. G. Contradição social nas práticas de escrita da lei. In: XIX ENANPOLL – Encontro Nacional da ANPOLL, 2004, Maceió. GT de Análise de Discurso – trabalhos completos, 2004.

ANEXOS

Anexo 1 – Lei 6.683/1979: Concede anistia e dá outras providências	79
Anexo 2 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153/2008	82
Anexo 3 – Ato Institucional 5/1968	99
Anexo 4 – Artigo 8ª do Título X da Constituição Federal (1988)	103
Anexo 5 – Decreto-Lei 7.474/1945	105

ANEXO 1

Presidência da República**Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.**

Concede anistia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art. 2º (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º - Os requerimentos serão processados e instituídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba a apreciá-los.

§ 2º - O despacho decisório será proferido nos centos e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º - No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o Militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º - O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbabilidade do servidor.

§ 5º - (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Arts. 4º e 5º (Revogados pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministro Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano

§ 1º - Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º - O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerente e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º - Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º - Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º A conhecida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em grave ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, haja sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º Os anistiados, em relação as infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto nesse artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10.Os servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11.Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12.Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão voltar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13.O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14.Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15.Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.8.1979

ANEXO 2

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB, por seu Presidente, vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado infra-assinado, com instrumento procuratório específico incluso e endereço para intimações na SAS Qd. 05, Lote 01, Bloco M, Brasília-DF, com base nos arts. 102, § 1º e 103, inciso VII da Constituição Federal c/c art. 1º, parágrafo único, inciso I e art. 2º, inciso I da Lei nº 9.882/99, e de acordo com a decisão plenária tomada nos autos do protocolo nº 2008.19.06083-01-Conselho Pleno (certidão anexa – doc. 01), propor

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

nos termos seguintes:

1. O DISPOSITIVO LEGAL QUESTIONADO

Eis o teor do dispositivo legal questionado (§ 1º do Art. 1º da Lei nº 6.683/1979), e que é o ato do poder público objeto da presente arguição:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

2. CABIMENTO DA PRESENTE DEMANDA**2.1 PRESSUPOSTOS PARA O CABIMENTO DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL “INCIDENTAL”**

Após apontar que a doutrina, quase que a uma só voz, extrai da Lei nº 9.882/99 a existência de dois tipos de arguição de descumprimento de preceito fundamental (autônoma e incidental), sendo a modalidade incidental percebida no inciso I do parágrafo único do Art. 1º, **LUÍS ROBERTO BARROSO** expõe os pressupostos do seu cabimento:

“Seus outros requisitos, que são mais numerosos que os da arguição autônoma, incluem, além da subsidiariedade e da ameaça ou lesão a preceito fundamental, a necessidade de que (i) seja relevante o fundamento da controvérsia constitucional e (ii) se trate de lei ou ato normativo – e não qualquer ato do Poder Público.” (BARROSO, Luís

Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 220).

Pois bem, presentes estão, no caso, os pressupostos acima apontados para o cabimento da arguição “incidental”, que passarão a ser demonstrados a seguir.

2.2 RELEVÂNCIA DO FUNDAMENTO DA CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL SOBRE LEI FEDERAL ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO

A sociedade brasileira acompanhou o recente debate público acerca da extensão da Lei nº 6.683/79 (“Lei da Anistia”). É notória a controvérsia constitucional surgida a respeito do âmbito de aplicação desse diploma legal. Trata-se de saber se houve ou não anistia dos agentes públicos responsáveis, entre outros crimes, pela prática de homicídio, desaparecimento forçado, abuso de autoridade, lesões corporais, estupro e atentado violento ao pudor contra opositores políticos ao regime militar, que vigorou entre nós antes do restabelecimento do Estado de Direito com a promulgação da vigente Constituição.

A controvérsia pública sobre o âmbito de aplicação da citada lei tem envolvido, notadamente, o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa, o que demonstra, por si só, a relevância política da questão em debate. Tudo aconselha, pois, seja chamado o Poder Judiciário a pôr fim ao debate, dizendo o Direito de forma definitiva.

Confira-se:

“O presidente da Comissão de Anistia (órgão ligado ao Ministério da Justiça), Paulo Abrão, disse nesta sexta-feira à Folha Online ser favorável ao debate sobre a responsabilização dos crimes de tortura ocorridos no período da ditadura militar. Para Abrão, os crimes de tortura não são políticos e, portanto, não prescreveram, como afirmam alguns contrários à discussão.

‘Eu acredito que os crimes de tortura não são políticos, portanto não prescreveram’, disse Abrão, ressaltando que sua interpretação é baseada em acordos internacionais e no direito internacional’.”

(Folha On Line, 08/08/2008, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u431294.shtml>);

“Convidado a vir ao Brasil pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (Sedh), o juiz espanhol Baltasar Garzón, famoso por ter decretado em 1998 a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet, defendeu hoje (18) em São Paulo a punição penal para crimes contra a humanidade cometidos durante o período da ditadura brasileira. ‘Quando se trata de crimes contra a humanidade, entendo que não é possível a anistia e que a prescrição também não é possível. Há a primazia do direito penal internacional sobre o direito local sempre quando o país que estamos falando faz parte do sistema internacional de Justiça, como o caso do Brasil’, disse’.”

(disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/08/18/materia.2008-08-18.1734311067/view>);

“No dia 31 de julho de 2008 foi realizado o seminário "Limites e possibilidades para a responsabilização jurídica dos agentes violadores de direitos humanos durante estado de exceção no Brasil" sob o patrocínio do Ministro da Justiça Tarso Genro, do Ministro dos Direitos Humanos e de Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia. A platéia estava repleta de ex-subversivos e terroristas, de familiares de mortos e desaparecidos, além de simpatizantes. A finalidade do debate era discutir a revisão da Lei da Anistia e encontrar uma base legal para a punição dos militares.

Durante o seminário o advogado criminalista e professor de direito da FGV Thiago Bottino do Amaral declarou que não há base legal para punir militares por tortura. Segundo ele, o Direito Penal segue o princípio da anterioridade, isto é, a lei que prevê o delito não pode retroagir. Ele argumentou que não havia lei tipificando esse tipo de crime na época. O advogado lembrou que os crimes já prescreveram. Segundo ele, a Constituição só considera imprescritíveis os crimes de racismo e de grupos armados que atentem contra o Estado.” (disponível em http://brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com_content&task=view&id=5023&Itemid=222);

“O ex-presidente do Supremo, o jurista Carlos Velloso, também é contrário a uma revisão da lei. Para ele, este “é um assunto superado”. “A Lei de Anistia é peremptória, e estabelece um esquecimento, um perdão para os dois lados. Foi uma pedra colocada sobre o ocorrido. Também houve crimes do lado dos opositores ao regime. Mexer com uma coisa dessas pode gerar uma bola de neve”, afirma. O ex-presidente do STF e atual ministro da Defesa Nelson Jobim, e o atual decano do STF, ministro Celso de Mello, corroboram com a opinião de Velloso” (disponível em <http://www.jornaldedebates.ig.com.br/debate/lei-anistia-deve-ser-revista>);

“Cresce movimento para que a corte se manifeste sobre validade da lei para crimes como tortura e assassinato

A Lei de Anistia, 29 anos depois de sancionada, está a caminho de se transformar em um assunto polêmico do Judiciário. Uma série de movimentos do governo e do Ministério Público mostra que mais cedo ou mais tarde o Supremo Tribunal Federal (STF) terá de dizer se a anistia vale para crimes como tortura e assassinato, cometidos durante o regime militar (1964-1985), ou se beneficia exclusivamente acusados de crimes eminentemente políticos, como fechamento do Congresso, censura a jornais por ordem do governo e cassação de parlamentares.

“Eu tenho dito que em algum momento o Supremo terá de ser provocado e acho que este momento está chegando. É o momento para saber se a lei de 1979 anistia os torturadores, os estupradores, os assassinatos e os responsáveis por desaparecimentos ou não”, afirmou ao Estado o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

A declaração de Vannuchi não é voz isolada no governo. O ministro da Justiça, Tarso Genro, já referendou, em discurso, a opinião de que a lei precisa ser revista ou avaliada pelo Judiciário. “Se um agente público

invade uma residência na ditadura cumprindo ordem legal, isso é um crime político de um Estado de fato vigente naquele momento. Agora, se esse mesmo agente público prende uma pessoa e a leva para um porão e a tortura, esse crime não é um crime político porque nem a legalidade da ditadura permitia tortura. Mas isso teria que ser uma interpretação do Poder Judiciário”, disse Tarso na semana passada.” (disponível em <http://www.fessergs.com.br/noticias.php?id=245>);

“Em primeiro lugar, pondere-se que a anistia é oblição, esquecimento. Juridicamente ela provoca, na verdade, a criação de uma ficção legal: não apaga propriamente a infração, mas o direito de punir, razão pela qual aparece depois de ter surgido o fato criminoso, não se confundindo com uma novação legislativa, isto é, não transforma o crime em ato lícito.

Ou seja, anistiar os torturadores que agiram dentro de um quadro político a ele obviamente conexo não significa violar a Constituição nem os tratados internacionais que proíbem a tortura como um crime contra a humanidade.

Afinal, no direito moderno, a anistia não é medida voltada para uma determinada prática nem significa o seu reconhecimento como legítimo, mas é ato soberano que não pede nenhuma justificação condicional à autoridade que a concede, porque não visa a outro interesse senão o interesse soberano da própria sociedade.

Nesse sentido, não está submetida a ponderações entre a dignidade ofendida do torturado e o ato degradante do torturador. Em segundo lugar, excluir o torturador da anistia referente àqueles que cometeram crimes conexos sob o argumento de que se trata de crime contra a humanidade e, portanto, imprescritível provoca um efeito que há de desnaturar o caráter geral e irrestrito da lei, conforme lhe reconheceu o STM (Superior Tribunal Militar).

Como o parágrafo 2º do artigo 1º da lei 6.683/79 exclui expressamente dos benefícios da anistia os que haviam praticado crimes de terrorismo, por exemplo, mediante seqüestro, a jurisprudência do STM, diante de um flagrante tratamento desproporcional, estendeu o benefício: a anistia tornou-se geral e irrestrita.

Ora, uma reinterpretação da lei, sobretudo com o fito de punir militares por atos de tortura, reverterá o argumento jurisprudencial, pois irá solapar a extensão da anistia aos terroristas, fazendo com que todo o universo de avaliações mutuamente negativas (exclusão/inclusão de terrorista/torturador) tenha de ser rediscutido.

Ou seja, em nome da mesma proporcionalidade, haverá de lembrar-se que tratados internacionais consideram, por exemplo, também o seqüestro motivado por razões políticas um crime contra a humanidade, igualmente imprescritível. Com isso, voltaria a necessidade de avaliações de práticas criminosas e suas conseqüências de ambos os lados, prejudicando o correto entendimento de uma anistia geral e irrestrita.

Ou seja, de parte a parte, numa reinterpretação da lei, o caráter criminoso dos respectivos atos (tortura/ seqüestro) terá de ser retomado, pois é com base nos mesmos argumentos que o direito de punir (anistia) seria ou não afastado.

Isto é, numa reinterpretação da lei que exclua da anistia a prática da tortura, o argumento de justiça, invocado pelo STM em favor dos que, movidos por razões políticas, tenham praticado atos de terror (seqüestro), acabaria por ser, inevitavelmente, utilizado em favor dos torturadores.

Se da Lei da Anistia devessem estar excluídos os torturadores, por proporcionalidade, excluídos também estariam os seqüestradores. Interpretação que, em suma, violaria o sentido já reconhecido da lei de conceder uma anistia geral e irrestrita.” (Tércio Sampaio Ferraz Júnior, disponível em http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1310&Itemid=34).

O quadro acima apresentado - apenas exemplificativamente, dada a sua notoriedade - revela a existência de séria **controvérsia constitucional sobre lei federal anterior à Constituição**, que é uma das hipóteses de cabimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental (Art. 1º, parágrafo único, inciso I da Lei nº 9.882/99).

Caso se admita, como parece pacífico, que a Lei nº 6.683/79 foi recepcionada pela nova ordem constitucional, é imperioso interpretá-la e aplicá-la à luz dos preceitos e princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal.

Essa Suprema Corte já teve a oportunidade de apreciar Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental a fim de restabelecer, em harmonia com a Constituição, interpretações infundadas de atos públicos normativos. Ainda recentemente (06/08/2008), esse Egrégio Tribunal conheceu da ADPF nº 144, por meio da qual a Associação dos Magistrados do Brasil questionou interpretações, inclusive Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.

Nesse sentido, **LUÍS ROBERTO BARROSO**:

“Embora a motivação imediata de quaisquer dos legitimados possa ser a eventual tutela de uma situação específica – agindo, portanto, como substituto processual do verdadeiro interessado – deverá ele demonstrar ser relevante a controvérsia constitucional em discussão. Será relevante a controvérsia quando seu deslinde tiver repercussão geral, que transcenda ao interesse das partes em litígio, seja pela existência de um número expressivo de processos análogos, seja pela gravidade ou fundamentalidade da tese em discussão, por seu alcance político, econômico, social ou ético. Por vezes, a reparação imediata de uma injustiça individual tem uma valia simbólica decisiva para impedir novas violações. Seja como for, na arguição incidental, mesmo que estejam em jogo direitos subjetivos, haverá de estar envolvida uma situação que afete o ordenamento constitucional de maneira objetiva” (grifou-se) (BARROSO, op. cit., p. 229).

Como bem se percebe, trata-se de típica situação da cabimento da ADPF como instrumento hábil para a definição rápida e com eficácia geral acerca de norma infraconstitucional, cuja interpretação corrente, nos pretórios ou fora deles, ofende frontalmente diversos preceitos fundamentais da Constituição.

É a forma de ressaltar, mais uma vez, o caráter objetivo da atuação dessa Corte, no exercício de sua função precípua de guardião da Constituição e, em decorrência, guardião dos princípios ético-jurídicos que devem nortear a sociedade brasileira.

2.3 ATO DO PODER PÚBLICO – LEI OU ATO NORMATIVO – O CONTROLE ABSTRATO

Na arguição “incidental”, objeto da demanda é uma lei ou ato normativo. Não há qualquer dificuldade nesse ponto, eis que a presente ADPF tem como fulcro a interpretação do disposto no § 1º do Art. 1º da Lei nº 6.683/1979.

Na verdade, o remédio judicial trazido pela Constituição Federal de 1988 e afinal regulamentado pela Lei nº 9.882/99, assemelha-se à *Verfassungsbeschwerde* regulada no art. 93, 2 da Lei Fundamental alemã. Como salienta a doutrina germânica, trata-se de uma demanda que visa ao controle abstrato de constitucionalidade de uma norma do direito federal ou estadual (KLAUS SCHLAICH, Das *Bundesverfassungsgericht*, 3ª ed., Munique, Verlag C.H.Beck, nº 122).

2.4 LESÃO A PRECEITO FUNDAMENTAL

A interpretação, segundo a qual a norma questionada concedeu anistia a vários agentes públicos responsáveis, entre outras violências, pela prática de homicídio, desaparecimento forçado, tortura e abusos sexuais contra opositores políticos viola frontalmente diversos preceitos fundamentais da Constituição, conforme será demonstrado abaixo.

2.5 SUBSIDIARIEDADE

Dispõe o § 1º do Art. 4º da Lei nº 9.882/99:

§ 1º Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

Desse dispositivo, os doutrinadores e a jurisprudência dessa Corte extraem a subsidiariedade como requisito de cabimento da ADPF. Em outras palavras, só será cabível a interposição de ADPF quando inexistir, no ordenamento jurídico, qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade a preceitos fundamentais da Constituição.

A jurisprudência mais recente dessa Corte Suprema interpreta a exigência de subsidiariedade da demanda prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal, pela **inexistência de qualquer outro meio de controle concentrado ou abstrato de constitucionalidade, já ajuizado com referência ao objeto da ADPF**. Do contrário, restaria sepultado o instituto, eis que dificilmente se encontraria uma situação de inexistência, em tese, de meios aptos a restabelecer a ordem constitucional, concreta ou potencialmente violada (a exemplo de mandado de segurança, habeas corpus, ação popular, ação civil pública, ações judiciais e diversos recursos, cautelares, antecipação de tutela).

Observe-se:

“O diploma legislativo em questão — tal como tem sido reconhecido por esta Suprema Corte (RTJ 189/395-397, v.g.) — consagra o princípio da subsidiariedade, que rege a instauração do processo objetivo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, condicionando o ajuizamento dessa especial ação de índole constitucional à ausência de qualquer outro meio processual apto a sanar, de modo eficaz, a situação de lesividade indicada pelo autor: (...) O exame do precedente que venho de referir (RTJ 184/373-374, Rel. Min. Celso de Mello) revela que o princípio da subsidiariedade não pode — nem deve — ser invocado para impedir o exercício da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental, eis que esse instrumento está vocacionado a viabilizar, numa dimensão estritamente objetiva, a realização jurisdicional de direitos básicos, de valores essenciais e de preceitos fundamentais contemplados no texto da Constituição da República. (...) Daí a prudência com que o Supremo Tribunal Federal deve interpretar a regra inscrita no art. 4º, § 1º, da Lei n. 9.882/99, em ordem a permitir que a utilização dessa nova ação constitucional possa efetivamente prevenir ou reparar lesão a preceito fundamental causada por ato do Poder Público. Não é por outra razão que esta Suprema Corte vem entendendo que a invocação do princípio da subsidiariedade, para não conflitar com o caráter objetivo de que se reveste a arguição de descumprimento de preceito fundamental, supõe a impossibilidade de utilização, em cada caso, dos demais instrumentos de controle normativo abstrato: (...) A pretensão ora deduzida nesta sede processual, que tem por objeto normas legais de caráter pré-constitucional, exatamente por se revelar insuscetível de conhecimento em sede de ação direta de inconstitucionalidade (RTJ 145/339, Rel. Min. Celso de Mello — RTJ 169/763, Rel. Min. Paulo Brossard — ADI 129/SP, Rel. p/ o acórdão Min. Celso de Mello, v.g.), não encontra obstáculo na regra inscrita no art. 4º, § 1º, da Lei n. 9.882/99, o que permite — satisfeita a exigência imposta pelo postulado da subsidiariedade — a instauração deste processo objetivo de controle normativo concentrado. Reconheço admissível, pois, sob a perspectiva do postulado da subsidiariedade, a utilização do instrumento processual da arguição de descumprimento de preceito fundamental.” (ADPF 126-MC, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, julgamento em 19-12-07, DJE de 1º-2-08)

“O desenvolvimento do princípio da subsidiariedade, ou da idéia da inexistência de outro meio eficaz, dependerá da interpretação que o STF venha a dar à lei. (...) À primeira vista, poderia parecer que somente na hipótese de absoluta inexistência de qualquer outro meio eficaz para afastar a eventual lesão poder-se-ia manejar, de forma útil, a arguição de descumprimento de preceito fundamental. É fácil ver que uma leitura excessivamente literal dessa disposição, que tenta introduzir entre nós o princípio da subsidiariedade vigente no direito alemão (recurso constitucional) e no direito espanhol (recurso de amparo), acabaria por retirar desse instituto qualquer significado prático. De uma perspectiva estritamente subjetiva, a ação somente poderia ser proposta se já se tivesse verificado a exaustão de todos os meios eficazes de afastar a lesão no âmbito judicial. Uma leitura mais

cuidadosa há de revelar, porém, que na análise sobre a eficácia da proteção de preceito fundamental nesse processo deve predominar um enfoque objetivo ou de proteção da ordem constitucional objetiva. Em outros termos, o princípio da subsidiariedade - inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão -, contido no § 1º do art. 4º da Lei n. 9.882/1999, há de ser compreendido no contexto da ordem constitucional global. Nesse sentido, caso se considere o caráter enfaticamente objetivo do instituto (o que resulta, inclusive, da legitimação ativa), meio eficaz de sanar a lesão parece ser aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata. (...) Nesse cenário, tendo em vista o caráter acentuadamente objetivo da arguição de descumprimento, o juízo de subsidiariedade há de ter em vista, especialmente, os demais processos objetivos já consolidados no sistema constitucional. Destarte, assumida a plausibilidade da alegada violação ao preceito constitucional, cabível a ação direta de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade, não será admissível a arguição de descumprimento. Em sentido contrário, em princípio, não sendo admitida a utilização de ações diretas de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade - isto é, não se verificando a existência de meio apto para solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata -, há de se entender possível a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental. (...) Não se pode admitir que a existência de processos ordinários e recursos extraordinários deva excluir, a priori, a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental. Até porque o instituto assume, entre nós, feição marcadamente objetiva. Nessas hipóteses, ante a inexistência de processo de índole objetiva, apto a solver, de uma vez por todas, a controvérsia constitucional, afigurar-se-ia integralmente aplicável a arguição de descumprimento de preceito fundamental. É que as ações originárias e o próprio recurso extraordinário não parecem, as mais das vezes, capazes de resolver a controvérsia constitucional de forma geral, definitiva e imediata. A necessidade de interposição de um sem número de recursos extraordinários idênticos poderá, em verdade, constituir-se em ameaça ao livre funcionamento do STF e das próprias Cortes ordinárias. (...) Desse modo, é possível concluir que a simples existência de ações ou de outros recursos processuais - vias processuais ordinárias - não poderá servir de óbice à formulação da arguição de descumprimento. Ao contrário, tal como explicitado, a multiplicação de processos e decisões sobre um dado tema constitucional reclama, as mais das vezes, a utilização de um instrumento de feição concentrada, que permita a solução definitiva e abrangente da controvérsia. (...) Como o instituto da ADPF assume feição eminentemente objetiva, o juízo de relevância deve ser interpretado como requisito implícito de admissibilidade do pedido. Seria possível admitir, em tese, a propositura de ADPF diretamente contra ato do Poder Público, nas hipóteses em que, em razão da relevância da matéria, a adoção da via ordinária acarrete danos de difícil reparação à ordem jurídica. O caso em apreço, contudo, revela que as medidas ordinárias à disposição da ora requerente - e, não utilizadas - poderiam ter plena eficácia. Ressalte-se que a fórmula da relevância do interesse público, para justificar a admissão da arguição de descumprimento (explícita no

modelo alemão), está implícita no sistema criado pelo legislador brasileiro. No presente caso, afigura-se de solar evidência a falta de relevância jurídica para a instauração da ADPF. Assim, tendo em vista a existência, pelo menos em tese, de outras medidas processuais cabíveis e efetivas para questionar os atos em apreço, entendo que o conhecimento do presente pedido de ADPF não é compatível com uma interpretação adequada do princípio da subsidiariedade. (...) Conseqüentemente, nego seguimento ao presente pedido de arguição de descumprimento de preceito fundamental por entender que a postulação é manifestamente incabível, nos termos e do art. 21, § 1º do RISTF. Por conseguinte, declaro o prejuízo do pedido de medida liminar postulado.” (grifou-se) (ADPF 76, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, julgamento em 13-2-06, DJ de 20-2-06).

É o que ocorre no presente caso. Ainda não se questionou, perante o Poder Judiciário, a compatibilidade com os preceitos fundamentais da Constituição Federal da interpretação da Lei nº 6.683/1979, no sentido de que a anistia estende-se aos crimes comuns, praticados por agentes públicos contra opositores políticos, durante o regime militar.

Como é sabido, já se firmou na jurisprudência dessa Corte o entendimento de que não cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei anterior à Constituição. E os outros meios de controle objetivo de constitucionalidade não são aptos a pôr fim à controvérsia constitucional acima apontada, porque: a) destinados a pleitear a constitucionalidade de lei ou ato normativo (ação declaratória de constitucionalidade), quando o que se pretende aqui é justamente o contrário; b) destinados à materialização de intervenção federal ou estadual (representação interventiva), o que não é o caso.

3. INÉPCIA JURÍDICA DA INTERPRETAÇÃO QUESTIONADA DA LEI nº 6.683/1979

O Art. 1º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, declara que **“é concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes”**.

O § 1º desse mesmo artigo esclarece: **“Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza, relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”**.

É sabido que esse último dispositivo legal foi redigido intencionalmente de forma obscura, a fim de incluir sub-repticiamente, no âmbito da anistia criminal, os agentes públicos que comandaram e executaram crimes comuns contra opositores políticos ao regime militar. Em toda a nossa história, **foi esta a primeira vez que se procurou fazer essa extensão da anistia criminal de natureza política aos agentes do Estado, encarregados da repressão**. Por isso mesmo, ao invés de se declararem anistiados os autores de crimes políticos e crimes comuns a ele conexos, como fez a lei de anistia promulgada pelo ditador Getúlio Vargas em 18 de

abril de 1945, redigiu-se uma norma propositalmente obscura. E não só obscura, mas tecnicamente inepta.

Se não, vejamos.

É de geral conhecimento que a conexão criminal implica uma identidade ou comunhão de propósitos ou objetivos, nos vários crimes praticados. Em consequência, quando o agente é um só a lei reconhece a ocorrência de concurso material ou formal de crimes (Código Penal, artigos 69 e 70). É possível, no entanto, que os agentes sejam vários. Nessa hipótese, tendo em vista a comunhão de propósitos ou objetivos, há co-autoria (Código Penal, art. 29).

É bem verdade que, no Código de Processo Penal (art. 76, I in fine), reconhece-se também a conexão criminal, quando os atentes criminosos atuaram uns contra os outros. Trata-se, porém, de simples regra de unificação de competência, de modo a evitar julgamentos contraditórios. Não é norma de direito material.

Pois bem, sob qualquer ângulo que se examine a questão objeto da presente demanda, **é irrefutável que não podia haver e não houve conexão entre os crimes políticos, cometidos pelos opositores do regime militar, e os crimes comuns contra eles praticados pelos agentes da repressão e seus mandantes no governo.** A conexão só pode ser reconhecida, nas hipóteses de crimes políticos e crimes comuns perpetrados pela mesma pessoa (concurso material ou formal), ou por várias pessoas em co-autoria. No caso, portanto, a anistia somente abrange os autores de crimes políticos ou contra a segurança nacional e, eventualmente, de crimes comuns a eles ligados pela comunhão de objetivos.

É fora de qualquer dúvida que os agentes policiais e militares da repressão política, durante o regime castrense, **não cometeram crimes políticos.**

No período abrangido pela anistia concedida por meio da Lei nº 6.683/1979, vigoraram sucessivamente três diplomas legais, definidores de crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social: o Decreto-Lei nº 314, de 13/03/1967; o Decreto-Lei nº 898, de 29/09/1969 e, finalmente, a Lei nº 6.620, de 17/12/1978.

Escusado dizer que os agentes públicos, que mataram, torturam e violentaram sexualmente opositores políticos, entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, não praticaram nenhum dos crimes definidos nesses diplomas legais, pela boa razão de que não atentaram contra a ordem política e a segurança nacional. Bem ao contrário, sob pretexto de defender o regime político instaurado pelo golpe militar de 1964, praticaram **crimes comuns** contra aqueles que, supostamente, punham em perigo a ordem política e a segurança do Estado.

Ou seja, não houve comunhão de propósitos e objetivos entre os agentes criminosos, de um e de outro lado.

Tampouco se pode dizer que houve conexão criminal pela prática de crimes “por várias pessoas, umas contra as outras”. Em primeiro lugar, porque essa regra

de conexão é exclusivamente processual. Em segundo lugar, porque os acusados de crimes políticos não agiram contra os que os torturaram e mataram, dentro e fora das prisões do regime militar, mas contra a ordem política vigente no País naquele período.

Em consequência, a norma constante do art. 1º, § 1º da Lei nº 6.683, de 1979, tem por objeto, exclusivamente, **os crimes comuns, cometidos pelos mesmos autores dos crimes políticos. Ela não abrange os agentes públicos que praticaram, durante o regime militar, crimes comuns contra opositores políticos, presos ou não.**

Na verdade, ainda que se admita estapafurdiamente essa conexão criminal, ela não é válida, porque ofende vários preceitos fundamentais inscritos na Constituição Federal, como se passa a demonstrar.

4. PRECEITOS FUNDAMENTAIS VIOLADOS PELA INTERPRETAÇÃO QUESTIONADA DA LEI Nº 6.683/1979

4.1 ISONOMIA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

A Constituição da República Federativa do Brasil declara, logo na abertura do Título consagrado aos Direitos e Garantias Fundamentais, que **“todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, **garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito** à vida, à liberdade, à igualdade, **à segurança** e à propriedade” (Art. 5º, caput).

Uma das aplicações históricas mais tradicionais do princípio da isonomia, em matéria de segurança, é o preceito fundamental *nullum crimen sine lege*, inscrito no inciso XXXIX do Art. 5º da Constituição. A partir do “século das luzes”, com efeito, a consciência ética universal passou a considerar particularmente odiosa a discriminação pessoal em matéria de crimes e penas. As pessoas não podem ser diversamente apenadas, em razão de diferenças de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, IV). Qualquer que seja a condição ou o status pessoal do agente, ele é julgado pela prática de delitos definidos em lei, de modo geral e impessoal.

Ora, a anistia sobrevém como o exato oposto da definição criminal. Diversamente da graça e do indulto, ela não apenas extingue a punibilidade – como declara imperfeitamente o art. 107, II do Código Penal – mas descriminaliza a conduta criminosa. A lei dispõe, retroativamente, que certos e determinados crimes deixam de ser considerados como tais. Daí por que, ao contrário da graça e do indulto, **a anistia não se refere a pessoas, mas a crimes objetivamente definidos em lei.**

No caso da Lei nº 6.683, todavia, isso não ocorre. O diploma legal, seguindo a longa tradição histórica, declara objeto de anistia os **crimes políticos**. Mas não só. A lei estende a anistia a **classes absolutamente indefinidas de crimes**: “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos”.

Que significa o adjetivo “**relacionados**”? A lei não esclarece e a doutrina ignora. Logo, incumbe ao Poder Judiciário decidir, ou seja, **definir ou classificar os crimes em lugar do legislador**. Pode haver mais afrontoso descumprimento do preceito fundamental de que “**não há crime sem LEI anterior que o defina**”?

E o despropósito não se limita a isso, escandalosamente. Além dos “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos”, a Lei nº 6.683 ainda acrescenta: “ou **praticados por motivação política**”.

Ora, a motivação do agente, escusa dizê-lo, é um fenômeno de consciência individual. Em país algum, em momento algum da História, em nenhuma das anteriores leis brasileiras sobre anistia, houve descriminalização de delitos que só podem ser reconhecidos como tais **no caso concreto e com referência a pessoa determinada**. Ou seja, quem anistia, nessa hipótese legal indefinida, é o próprio juiz. O Código Penal (art. 59), como não poderia deixar de ser, atribui ao juiz a perquirição dos “motivos” do crime. Mas somente no momento da fixação da pena, ou seja, após o reconhecimento da prática de um ato criminoso, segundo o tipo legal.

Em suma, a admitir-se a interpretação questionada da Lei nº 6.683, de 1979, **nem todos são iguais perante a lei em matéria de anistia criminal**. Há os que praticaram crimes políticos, necessariamente definidos em lei, e foram processados e condenados. Mas há, também, os que cometeram delitos, cuja classificação e reconhecimento não foram feitos pelo legislador, e sim deixados à discrição do Poder Judiciário, conforme a orientação política de cada magistrado. Esses últimos criminosos não foram jamais condenados nem processados. Elas já contavam com a imunidade penal durante todo o regime de exceção. O que se quer, agora, é perpetuar essa imunidade, sem que se saiba ao certo quem são os beneficiados. Mas o desconchavo não se limita a isso. A lei nº 6.683 excetua da anistia “os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal” (art. 1º, § 2º).

Ressalte-se, em primeiro lugar, que até hoje desconhece-se o que seja o crime de “terrorismo”. Mas supondo-se que ele designe, de modo geral, a prática de violência generalizada, é de se perguntar: Por acaso, a prática sistemática e organizada, durante anos a fio, de homicídios, seqüestros, tortura e estupro contra opositores políticos não configura um **terrorismo de Estado**?

Digamos, no entanto, que essa exceção legal só se aplica àqueles que cometeram crimes políticos, não aos agentes da repressão. Nesse caso, é flagrante a desigualdade perante a lei em matéria de segurança. Pois, de um lado, temos **delitos de opinião**, excluídos os crimes de violência, enquanto de outro lado, beneficiando-se da mesma anistia, tornam-se impuníveis os **crimes violentos contra a vida, a liberdade e a integridade pessoal**. Pode-se configurar mais aberrante desigualdade?

Com isto, entramos na análise de mais um descumprimento de preceito fundamental.

4.2 DESCUMPRIMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DO PRECEITO FUNDAMENTAL DE NÃO OCULTAR A VERDADE

“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”

Evangelho de Jesus Cristo segundo João 8, 12

A Constituição da República declara, enfaticamente, que **“todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”** (art. 5º, XXXIII).

O preceito representa clara aplicação do princípio democrático, segundo o qual **“todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente”** (art. 1º, parágrafo único); bem como do princípio republicano, segundo o qual são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil **“construir uma sociedade livre, justa e solidária”** e **“promover o bem de todos”** (art. 3º, I e IV).

Escusa lembrar que, sendo os governantes meros servidores do povo e não donos do poder, seria intolerável que eles pudessem, impunemente, **sobretudo em matéria de crimes já cometidos**, ocultar a verdade perante o soberano, que lhes delegou poderes de governo. Despiciendo, também, frisar que se o objetivo maior da organização estatal é de manter o bem comum do povo (res publica) acima de qualquer interesse pessoal ou grupal, **sobretudo dos que exercem funções públicas**, é inadmissível que os órgãos estatais sejam autorizados a ocultar, coram populo, a identidade dos agentes públicos que praticaram crimes contra os governados.

A única exceção que se abre a esse mandamento fundamental é a necessidade de se preservar a “segurança da sociedade e do Estado” (mesmo inciso XXXIII do art. 5º, in fine). Mas, a rigor, não se trata de uma exceção ao princípio republicano, e sim do reconhecimento, também aí, da supremacia do bem comum sobre os interesses particulares.

Ora, seria um escárnio sustentar, na vigência do Estado de Direito instituído pela Constituição de 1988, que os responsáveis por atos de repressão criminosa de opositores políticos agiram para preservar a segurança da sociedade e do Estado.

No entanto, todos os governos militares anteriores à reconstitucionalização do País timbraram em manter o sigilo sobre ordens, ações e comportamentos de agentes públicos, que atuaram fora da lei e que, muita vez, violentaram criminosamente a pessoa de opositores, reais ou presumidos, do regime de exceção então vigente.

A Lei nº 6.683, promulgada pelo último governo militar, inseriu-se nesse contexto de lóbrega ocultação da verdade. Ao conceder anistia a pessoas indeterminadas, ocultas sob a expressão indefinida “crimes conexos com crimes

políticos”, como acabamos de ver, ela impediu que as vítimas de torturas, praticadas nas masmorras policiais ou militares, ou os familiares de pessoas assassinadas por agentes das forças policiais e militares, pudessem identificar os algozes, os quais, em regra, operavam nas prisões sob codinomes.

Enfim, a lei assim interpretada impediu que o **povo brasileiro**, restabelecido em sua soberania (pelo menos nominal) com a Constituição de 1988, tomasse conhecimento da identidade dos responsáveis pelos horrores perpetrados, durante dois decênios, pelos que haviam empalmado o poder.

Ora, **entre a Justiça e a Verdade não há separação concebível.**

4.3 DESRESPEITO AOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICO E REPUBLICANO

A Constituição Federal abre-se com a declaração solene de que **“a República Federativa do Brasil [...] constitui-se em Estado Democrático de Direito”**.

Como se acaba de lembrar, o cerne do regime democrático é a soberania popular, pois do povo emanam todos os poderes, cujo exercício (apenas o exercício) pode ser feito por seus representantes eleitos. Lembramos, também, que república é o regime em que o bem comum do povo está sempre acima de qualquer interesse particular.

Pois bem, os que cometeram crimes comuns contra opositores políticos, durante o regime militar, exerciam funções públicas e eram, por conseguinte, remunerados com recursos também públicos, isto é, dinheiro do povo.

Nessas condições, a interpretação questionada da Lei nº 6.683 **representa clara e direta ofensa ao princípio democrático e ao princípio republicano, que embasam toda a nossa organização política.**

Ressalte-se, em primeiro lugar, que a citada lei foi votada pelo Congresso Nacional, na época em que os seus membros eram eleitos sob o placet dos comandantes militares. Sua carência de legitimidade democrática é acentuada quando se recorda que, por força da Emenda “Constitucional” nº 08, de 14 de abril de 1977, que ficou conhecida como “Pacote de Abril”, 1/3 dos Senadores passaram a ser escolhidos por via de eleição indireta (“Senadores biônicos”), tendo participado do processo legislativo do qual redundou a aprovação congressional, em 1979, da lei em referência.³⁶

Ela foi sancionada por um Chefe de Estado que era General do Exército e fora guindado a essa posição, não pelo povo, mas pelos seus companheiros de farda.

Em consequência, o mencionado diploma legal, para produzir o efeito de anistia de **agentes públicos que cometeram crimes contra o povo**, deveria ser

³⁶ Só uma leva de senadores foi indicada dessa forma, pois a EC n. 15, de 19 de novembro de 1980, restabeleceu o voto popular direto. Os senadores indicados indiretamente, por colégio eleitoral, só cumpriram um mandato de oito anos, a partir da renovação que se deu em 1977. Nesse período, um em cada três senadores não tinha nenhuma legitimidade democrática.

legitimado, após a entrada em vigor da atual Constituição, pelo órgão legislativo oriundo de eleições livres, ou então diretamente pelo povo soberano, mediante referendo (Constituição Federal, art. 14). O que não ocorreu.

Assinale-se, em segundo lugar, que num regime autenticamente republicano e não autocrático os governantes não têm poder para anistiar criminalmente, quer eles próprios, quer os funcionários que, ao delinquirem, executaram suas ordens. Tal seria, obviamente, agir não a serviço do bem comum do povo, mas em seu próprio interesse e benefício.

Vale registrar que a Corte Americana de Direitos Humanos, cuja jurisdição foi reconhecida pelo Brasil no Decreto Legislativo nº 89, de dezembro de 1998, já decidiu, em pelo menos 5 (cinco) casos, que é **nula e de nenhum efeito a auto-anistia criminal decretada por governantes**.

A Constituição Federal dispõe que o Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da “**prevalência dos direitos humanos**” (art. 4º, II). Porventura temos o direito de exigir de outros países o respeito aos direitos humanos, quando nos recusamos a respeitá-los em nosso próprio território?

4.4 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO POVO BRASILEIRO NÃO PODE SER NEGOCIADA

O derradeiro argumento dos que justificam, a todo custo, a encoberta inclusão na Lei nº 6.683 dos crimes cometidos por funcionários do Estado contra presos políticos é o de que houve, no caso, um acordo para permitir a transição do regime militar ao Estado de Direito.

A primeira indagação que não pode deixar de ser feita, a esse respeito, é bem esta: **Quem foram as partes nesse alegado acordo?**

Uma resposta imediata pode ser dada a essa pergunta. As vítimas sobreviventes ou os familiares dos mortos não participaram do acordo. A maior parte deles, aliás, nunca soube a identidade dos assassinos e torturadores, e bom número dos familiares dos mortos ignora onde estão os seus cadáveres.

O acordo foi, então, negociado por quem? Os parlamentares? Mas eles não tinham, como nunca tiveram, procuração das vítimas para tanto, nem consultaram o povo brasileiro para saber se aprovava ou não o acordo negociado, que dizia respeito à abertura do regime militar, em troca da impunidade dos funcionários do Estado que atuaram na repressão política.

E a outra parte, quem seria? Os militares aboletados no comando do País? Ora, até hoje a corporação militar não confirma o acordo, pela excelente razão de que ela nunca admitiu o cometimento de crimes pelos seus agentes da repressão.

Admitamos, porém, como mero exercício de argumentação, que tal acordo existiu e que dele extraímos o benefício da reconstitucionalização do País.

Se assim foi, força é reconhecer que o Estado instituído com a liquidação do regime militar nasceu em condições de grave desrespeito à pessoa humana,

contrariamente ao texto expresso da nova Constituição Federal: **“A República Federativa do Brasil [...] constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] a dignidade da pessoa humana”**. (art. 1º, III).

Kant afirmou, no século XVIII, que a pessoa humana não pode servir de meio para a obtenção de qualquer finalidade; pois ela é um fim em si mesma. Portanto, tem dignidade, não um preço. Hoje, o sistema universal de direitos humanos declara inadmissível e reprovável usar a dignidade das pessoas e dos povos como moeda de troca em um acordo político.

Na verdade crua dos fatos, em 1979 quase todos os que se haviam revoltado contra o regime militar com armas na mão já haviam sido mortos. Restavam, portanto, nas prisões militares e policiais, unicamente pessoas acusadas de delitos de opinião. Tal significa que, no suposto acordo político, jamais revelado à opinião pública, a anistia aos responsáveis por delitos de opinião serviu de biombo para encobrir a concessão de impunidade aos criminosos oficiais, que agiam em nome do Estado, ou seja, por conta de todo o povo brasileiro.

E há mais. A Constituição promulgada em 1988, seguindo na esteira do sistema internacional de direitos humanos, considerou **inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a prática de tortura** (art. 5º, XLIII). É ridículo argumentar que, quando editada a Lei nº 6.683, a tortura não era definida como crime no Brasil. Não se trata absolutamente disso. Trata-se de assinalar a incompatibilidade ético-jurídica radical da tortura com o princípio supremo de respeito à dignidade humana, fundamento de todo o sistema universal de direitos humanos e do sistema constitucional brasileiro instaurado em 1988.

A Assembléia Geral das Nações Unidas, após a revelação dos crimes cometidos pelos regimes totalitários, vencidos na Segunda Guerra Mundial, fixou na Declaração Universal dos Direitos Humanos o supremo mandamento de que **todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei** (Artigo VI). Como direta consequência, o Artigo V da mesma Declaração estatui que **“ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”**.

A mesma Assembléia Geral das Nações Unidas julgou tão importante e fundamental essa declaração, que a desenvolveu na Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 1984, aprovada e ratificada em nosso País.

Se a tortura é, assim, universalmente qualificada como prática aviltante, que não dispensa punição, é inadmissível dar à Lei nº 6.683 a interpretação ora questionada, pois ela implicaria, fatalmente, **a não-recepção desse diploma legal pela nova Constituição**.

Dir-se-á que as vítimas sobreviventes do regime militar já obtiveram ressarcimento dos gravames sofridos, por força da anistia decretada pelo art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, regulamentado pela Lei

nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. E quanto aos familiares dos mortos e desaparecidos, eles obtiveram igual satisfação reparatória, graças à Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995.

Ora, em primeiro lugar, assinale-se o desconchavo de se declararem anistiadas as vítimas da repressão política, como se elas fossem culpadas pelas violências que sofreram! Mas, sobretudo, deve-se frisar, com todas as forças, que **atos de violação da dignidade humana não se legitimam com uma reparação pecuniária concedida às vítimas, ficando os responsáveis pela prática de tais atos, bem como os que os comandaram, imunes a toda punição e até mesmo encobertos pelo anonimato.**

Em suma, Egrégio Tribunal, o que se pede e espera com a presente demanda, em última análise, é que a Justiça Brasileira confirme definitivamente, perante a História, a dignidade transcendental e, portanto, inegociável da pessoa humana, fundamento de toda a nossa ordem constitucional (Constituição Federal, art. 1º, III).

5. DO PEDIDO

Pelo exposto, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pede:

a) a notificação do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, para que emita o seu parecer, nos termos do art. 103, § 1º da Constituição Federal;

b) a procedência do pedido de mérito, para que esse Colendo Tribunal dê à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, uma **interpretação conforme à Constituição, de modo a declarar, à luz dos seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos, durante o regime militar (1964/1985).**

Deixa-se de atribuir valor à causa, diante da impossibilidade de aferi-lo.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 21 de outubro de 2008.

Fábio Konder Comparato

OAB/SP nº 11118

Maurício Gentil Monteiro

OAB/SE nº 2.435

ANEXO 3

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968.

São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na

Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de

cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Regulamento)

Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.12.1968.

ANEXO 4

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

[...]

TÍTULO X**ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

[...]

Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos. (Regulamento)

§ 1º O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo.

§ 2º Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

§ 4º Aos que, por força de atos institucionais, tenham exercido gratuitamente mandato eletivo de vereador serão computados, para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, os respectivos períodos.

§ 5º A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Ministérios militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no § 1º.

ANEXO 5

DECRETO-LEI Nº 7.474, DE 18 DE ABRIL DE 1945

Concede anistia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição,
DECRETA:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação dêste decreto-lei.

§ 1º Não se compreendem nesta anistia os crimes comuns não conexos com os políticos, nem os praticados, em tempo de guerra, contra a segurança do Estado e definidos no Decreto-lei nº 4.766, de 1 de outubro de 1942.

§ 2º Consideram-se conexos para os efeitos dêste artigo os crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados, pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Art. 2º A reversão dos militares, beneficiados por esta lei, aos seus postos, ficará dependente de parecer de uma ou mais comissões militares, de nomeação do Presidente da República.

Art. 3º Os funcionários civis poderão ser aproveitados nos mesmos cargos semelhantes, à medida que ocorrerem vagas e mediante revisão oportuna de cada caso, procedida por uma ou mais comissões especiais de nomeação do Presidente da República.

Art. 4º Em nenhuma hipótese, terão os beneficiados por êste decreto-lei direito aos vencimentos atrasados ou suas diferenças, e bem assim a qualquer indenização.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

GETÚLIO VARGAS

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 19/04/1945